

ÍNDICE

Editorial	5
<i>O Estado de São Paulo</i> , 13/3/98	5
Os interesses e a floresta	5
Elio Gaspari	7
<i>O Globo</i> , 15/3/98	7
O "problema social" dos banqueiros do Jari	7
Raul Jungmann	10
<i>Folha de São Paulo</i> , 24/3/98	10
Desinformação amazônica	10
Editorial	12
<i>Jornal do Brasil</i> , 25/3/98	12
Agonia da mata	12
Editorial	13
<i>O Estado de São Paulo</i> , 27/3/98	13
Nacionalismo despropositado	13
Luiz Caversan	15
<i>Folha de São Paulo</i> , 27/3/98	15
O incêndio e o Exército	15
Editorial	16
<i>Jornal do Brasil</i> , 27/3/98	16
Orgulho e Preconceito	16
Editorial	17
<i>Gazeta Mercantil</i> , 31/3/98	17
Preservar a Amazônia da devastação	17
Carta ao Leitor	19
<i>Revista Veja</i> , 01/4/98	19
O incêndio é nosso	19
José Carlos de Magalhães	20
<i>O Estado de São Paulo</i> , 13/4/98	20
A Amazônia e a hipocrisia européia	20
Gustavo A. B. da Fonseca	23
<i>Ciência Hoje</i> , maio/98	23
Por quem arde a Amazônia?	23
Editorial	25
<i>O Estado de São Paulo</i> , 02/5/98	25
As reservas ambientais	25
Valdo Cruz	27
<i>Folha de São Paulo</i> , 06/5/98	27
De mal a pior	27
José Goldemberg	28
<i>O Estado de São Paulo</i> , 19/5/98	28
Subsídios e desenvolvimento tecnológico	28
Garó Batmanian	30
<i>Revista Veja</i> , 20/5/98	30
Vale a pena preservar "A manutenção da biodiversidade não é só uma questão ética. É estratégica"	30
José Goldemberg	32
<i>O Estado de São Paulo</i> , 21/5/98	32

As lições de Roraima _____	32
Roberto Smeraldi _____	34
<i>Jornal da Tarde, 04/6/98</i> _____	34
O G-8 e as florestas _____	34
Paulo Nogueira-Neto _____	36
<i>O Estado de São Paulo, 08/6/98</i> _____	36
As Florestas e o Imposto Territorial Rural _____	36
Washington Novaes _____	39
<i>Estado de São Paulo, 12/6/98</i> _____	39
A Amazônia e a informação _____	39
Phillip Fearnside _____	42
<i>Revista Veja, 17/6/98</i> _____	42
Lixeira do problema social _____	42
<i>Correio Braziliense, 18/6/98</i> _____	44
O mogno ilegal, o oligopólio e o mercado. _____	44
Editorial _____	46
<i>Correio Brasileiro 28/6/98</i> _____	46
SOS Amazônia _____	46
Washington Novaes _____	47
<i>O Estado de São Paulo, 03/7/98</i> _____	47
A Amazônia e o fogo _____	47
Roberto Smeraldi _____	50
<i>Jornal da Tarde, 04/7/98</i> _____	50
Rumo à Indústria do Fogo ? _____	50
Odacir Soares _____	52
<i>Correio Braziliense 06/7/98</i> _____	52
Geopolítica Amazônica e Recursos Oficiais _____	52

Editorial

O Estado de São Paulo, 13/3/98

Os interesses e a floresta

O esforço do deputado federal Gilney Viana (PT) para impedir a exploração predatória promovida pelas madeiras estrangeiras na Amazônia está paralisado por uma disputa de interesses políticos que tem tudo para frustrar qualquer iniciativa de proteção da floresta.

Bastou relacionar a devastação da Amazônia com os assentamentos de sem-terra promovidos pelo governo federal na região para que o deputado, relator da comissão externa responsável pela investigação da atuação das madeiras asiáticas, provocasse a reação exatamente contrária àquela inicialmente esperada: o Partido dos Trabalhadores se dividiu e o Movimento dos Sem-Terra se voltou contra o PT.

Imediatamente, os ruralistas do Norte e Nordeste, que costumam abrir as portas da Amazônia para os asiáticos extraírem a madeira, viram nessa divisão a chance de manter e até ampliar essa abertura. Como defender a atuação das empresas abertamente não seria uma boa estratégia, hastearam a bandeira da reforma agrária para esconder, detrás dela, seus verdadeiros objetivos. Firmaram, assim, uma inusitada parceria: ao lado dos sem-terra vão lutar pelos assentamentos na floresta.

O relatório de Gilney Viana mostra uma relação evidente entre a atividade madeireira e os assentamentos. Sem recursos ou apoio técnico para cultivar a terra ou criar gado nas propriedades recebidas, os assentados vêm no arrendamento de suas terras para os madeiros a maneira mais fácil de ganhar dinheiro.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais demonstram que 60% da área devastada na Amazônia é formada por propriedades de menos de 50 hectares. O relatório da comissão da Câmara, por sua vez, mostra que 77% dos assentamentos promovidos pelo governo federal se concentram na floresta. É um dado incompreensível quando analisada a extensão do território nacional e a concentração populacional. Qual o motivo de concentrar a reforma agrária justamente numa área que deveria ser preservada?

A falta de planejamento do governo pode vir a servir a inúmeros interesses, muitas vezes antagônicos, como é possível perceber nesse episódio da comissão externa da Câmara. Quando o assunto é Amazônia, tudo se transforma em disputa política, em que interesses os mais variados são defendidos à custa da degradação ambiental.

O MST, a parte do PT que se voltou contra Gilney Viana, a Contag, a Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário estão dispostos a derrubar o relatório da comissão ou, pelo menos, forçar o relator a suprimir o capítulo que trata da reforma agrária. Os ruralistas acham que o grupo tem toda razão e os incentivam a ir além: o ideal, para eles, seria suprimir todo o relatório, o que garantiria a instalação sem restrições das madeiras.

"Causou-nos consternação e surpresa que esse diagnóstico tenha partido de um companheiro de longa trajetória de lutas em favor dos deserdados do País", escreveu a esquerda numa carta

enviada a Viana. O relator respondeu, dizendo-se contrário à reforma agrária feita à custa da degradação ambiental.

Apesar disso, já admitiu rever o próprio relatório. O trabalho da comissão se estendeu por cerca de um ano e resultou num amplo desvendamento de uma situação grave demais para ser ignorada por efeito de pressões políticas.

Elio Gaspari

O Globo, 15/3/98

O "problema social" dos banqueiros do Jari

Está com o BNDES a redação de um novo capítulo de uma das histórias mais fantásticas do capitalismo brasileiro, ou daquilo que os governantes brasileiros supõem ser um regime capitalista. É a história do Projeto Jari. Vai sobrar para a Viúva.

Era uma vez (em 1966) o homem mais rico dos Estados Unidos. Ele se chamava Daniel Ludwig. Segundo a revista "Fortune", tinha US\$ 3,5 bilhões. Era o maior armador do mundo, tinha minas de ferro na Austrália e de carvão na África do Sul, quarteirões em Nova York, hotéis no Caribe e uma cidade na Califórnia. Não tinha mulher nem filhos, não ria, detestava políticos e impostos. Tomava vodca com leite e voava na classe econômica. Um chato.

Ludwig botou na cabeça que a alfabetização dos miseráveis do Terceiro Mundo levaria a um brutal aumento da demanda de papel. Convenceu-se de que ganharia dinheiro domesticando a floresta tropical de um pedaço da Amazônia e comprou 1,6 milhão de hectares no Pará. Produziria celulose.

Era uma área equivalente ao Estado de Sergipe e nela pretendia plantar uma árvore estranha à região, a melina. Encomendou a um estaleiro japonês uma plataforma flutuante sobre a qual colocaram uma fábrica de celulose e trouxe-a para este lado do mundo. Além disso, projetou uma plantação de arroz capaz de superar a produção do Rio Grande do Sul.

Desembolsou US\$ 1,5 bilhão. Era um dos maiores projetos industriais do mundo. O empreendedor visionário transformava mato em ouro.

Ludwig errou três vezes. A melina era imprópria para o clima da região e teve que ser substituída por eucaliptos. Sua fábrica de celulose revelou-se antieconômica e toda a rede de energia do empreendimento, baseada no consumo de óleo diesel, foi amaldiçoada pelo aumento dos preços do petróleo. Seu quarto erro foi achar que teria a simpatia dos generais brasileiros.

Acusaram-no de querer ser imperador de um pedaço da Amazônia. O Serviço Nacional de Informações infiltrou na floresta um coronel fantasiado de agrônomo. Diziam que o Jari, estando próximo à fronteira, ameaçava a soberania brasileira (ele está tão longe de uma linha de fronteira quanto Florianópolis). Obrigaram-no a submeter alguns de seus pleitos ao Conselho de Segurança Nacional, porque suas terras estavam numa região por onde passava uma estrada federal. Não havia rodovia federal alguma.

Em 1974, quando a região foi assolada por uma epidemia de encefalite, Ludwig fretou um avião para trazer vacinas americanas para seus empregados. Quis comprar outras duas mil ampolas ao Ministério da Saúde e de início foi rebarbado. Acusavam-no de contrabandear madeiras valiosas. Obrigavam-no a comprar equipamentos nacionais e teve que encomendar 26 aviões agrícolas à Embraer, para fazer um serviço que poderia ser feitos por 12 modelos americanos, mais baratos.

Por conta dos erros do Governo e das fantasias de Ludwig, o Jari entrou nos anos 80 em estado de agonia. Numa economia capitalista, quebrava, tornando-se assunto para monografias em escolas de administração.

No capitalismo nacional, quiseram estatizá-lo. A manobra foi impedida num lance heróico do empresariado nacional.

Ludwig foi embora do Brasil levando apenas US\$ 70 milhões dos US\$ 1,5 bilhão que havia investido. (Morreu há poucos anos, amargurado e paralítico. Deixou todo o seu dinheiro para uma fundação suíça que pesquisa a cura do câncer.) Entregou seu desastre tropical a um conglomerado de 24 grandes empresas, lideradas pelo legendário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o maior minerador nacional. Houve festa no Planalto e o episódio demonstrou a vitalidade dos empreendedores nacionais.

Faltou contar um pedaço da história. Cada empresário tinha colocado US\$ 3,2 milhões, mas poucos fizeram isso por vontade própria. Ademais, Antunes, que ficou com 40% do Jari, nada pusera. Ele próprio esclareceu, numa carta ao presidente João Batista Figueiredo, que um dos principais motivos da formação do conglomerado fora a preocupação do Governo de que “um possível fracasso do Projeto Jari viesse a acarretar graves problemas sociais na região, além de sérios reflexos negativos para o próprio renome do país”.

Assim, juntou-se ao futuro do Jari aquela coisa que se denomina “problemas sociais”.

Na mesma carta, Antunes lembrou ao presidente que “ao se incumbir alguém de uma missão, cumpre propiciar-lhe também os meios indispensáveis para bem executá-la”.

Assim, tendo-se privatizado o projeto, passou-se à estatização dos “meios”.

Semanas depois, o Banco do Brasil foi intimado a entrar com o primeiro capilé da Viúva. Depois foi a vez do BNDES. Passou o tempo e aquilo que foi uma grande operação de resgate privatista resultou numa empresa que deve US\$ 270 milhões, só deu lucro em 1994 e hoje não vale mais nada.

E quem tem dinheiro preso no Jari? A Viúva. O BNDES botou R\$ 180 milhões no empreendimento. Os 23 empresários da festa do Planalto estão com R\$ 70 milhões pendurados, mas o heróico resgate privatista acabou numa conta na qual o Estado perde 2,5 vezes mais que os quotistas. É verdade que os herdeiros de Antunes perderam R\$ 120 milhões, mas, ainda assim, a maior vítima do Jari acaba sendo o contribuinte. Era precisamente por isso que Daniel Ludwig não gostava de pagar impostos.

Agora, o repórter Guilherme Barros revelou que os bancos credores do Jari querem que ele lhes seja entregue por um real. Enquanto isso, o Banco do Brasil pingaria mais US\$ 10 milhões e o BNDES, outros US\$ 15 milhões. Mais “meios”.

Se isso acontecer, o Jari privatizado terá custado aos contribuintes a bagatela de US\$ 205 milhões.

Isso tudo é feito em nome dos “problemas sociais” que podem resultar do colapso do Jari. Estima-se que dele dependam 50 mil pessoas. Se o problema é social, o Banco do Brasil e o BNDES podem fazer uma conta simples. Em vez de dar mais US\$ 25 milhões aos empresários,

dividem os “meios” entre os 15 mil chefes da família do “problema social”. Dá algo como R\$ 2 mil para cada um. Essa quantia equivale a dez meses de seguro-desemprego.

O Jari se renova a cada fase da vida nacional. Quando mandavam os militares, Ludwig foi visto como uma ameaça à segurança nacional. Era bobagem. Quando começou o debate da desestatização, o conglomerado heróico salvou o Jari das garras do Estado perdulário, a quem pediu “meios” em nome do “problema social”. Era astúcia.

Hoje, o presidente da República diz que não tem por que se meter nas disputas dos operários do ABC ameaçados de demissão. Isso pela porta do Planalto, porque pelas do BNDES e do Banco do Brasil passa o pleito dos bancos credores de um fracasso amazônico.

Como o Proer também foi feito em defesa da sociedade, não é difícil perceber que o Governo tem uma razoável sensibilidade para o “problema social”, desde que ele venha acompanhado da percepção e de algum interesse da banca.

Resta uma pergunta: para onde vai o Jari? Para onde o mandou Daniel Ludwig: às favas. Isso porque está quebrado, há muito tempo. Como diria FFHH quando trata de assuntos de saúde, seu problema não é falta de dinheiro.

Raul Jungmann

Folha de São Paulo, 24/3/98

Desinformação amazônica

Em meados de fevereiro esta Folha abria manchete para o "desastre ecológico" provocado pela reforma agrária. A reportagem baseava-se no relatório do deputado Gilney Viana, do PT, e era assinada por Bernadino Furtado.

O que se pode dizer, caridosamente, é que o cartapácio do deputado padece da mais absoluta inconsistência. Partindo de premissas e dados errados, todo o capítulo que trata da relação reforma agrária-Amazônia está mais furado que tábua de pirulito, como se dizia na minha já distante infância recifense.

Vejamos, adiante, o porquê, não sem deixar claro que os erros não invalidam a preocupação correta do parlamentar, o que de público reconhecemos.

Tudo se inicia - e desanda - com a afirmação de que a reforma agrária "ocupou 31 milhões de hectares na Amazônia", para daí concluir que ela foi responsável por "30% de todo o desflorestamento já observado" na região.

A confusão começa pela indistinção entre dois conceitos mezinhos para quem lidou, um mínimo que fosse, com a questão agrária: capacidade de assentamento e assentamento efetivo.

Governos sucessivos, sobretudo durante o regime militar, desapropriaram enormes áreas, mas usaram apenas parte delas. Essa parte efetivamente usada, o assentamento efetivo, é que conta. O resto permaneceu intocado ou foi "antropizado" (sofreu o impacto negativo da ação humana) - mas não pela reforma agrária.

Em resumo, o deputado confundiu o que no futebol seria a capacidade do estádio com o público pagante. É algo como afirmar que 100 mil pessoas pagaram para ver o jogo São Cristóvão X Volta Redonda só porque a partida foi no Maracanã.

O número de hectares efetivamente utilizados pela reforma agrária na Amazônia é de 7,1 milhões, para um total de 120 mil famílias. Ora, supondo que cada metro deles fosse de floresta virgem antes da reforma, o que é impossível, e que cada um deles e todos fossem destruídos, o que também não é possível, como responsabilizar os assentados por 30% de uma devastação equivalente a 45 milhões de hectares?

Essa "capacidade destrutiva" do caboclo teria sido constatada por "pesquisadores" sem nome e "estudos" sem título, profusamente citados no relatório de Gilney Viana. Quem são eles, deputado? Onde estão?

Mais adiante, tropeçamos na afirmação de que a clientela amazônica da reforma alcança 2 milhões de pessoas. Isso representaria 250 mil famílias assentadas na região, significando também que apenas 50 mil famílias estariam assentadas no resto do país - o que, claro, seria um despropósito.

Segue-se, então, outra afirmação: 88,15% das terras desapropriadas estão na Amazônia. Mesmo se somarmos toda a terra arrecadada, desapropriada ou adquirida desde a década de 20, em todo país (33.451.529 hectares), o percentual seria menor - 74,60%, pois o total na Amazônia é de 24.967.499 hectares. Desse total, apenas 7,1 milhões (ou seja 28,43%) foram de fato utilizados na reforma agrária.

Não é de espantar que dos erros e confusões estatísticas se derrape para a indigência teórico-conceitual. A páginas tantas, atribui-se ao governo Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade pela política de ocupação da Amazônia, exatamente como fez o regime militar. Caramba! Deve ser o tal do neoliberalismo...

Mesmo com toda a boa vontade, não dá para levar a sério. A ocupação da Amazônia hoje é movida pelas correntes migratórias e pela penetração do capital, que se "apropria" do território e, ao fazê-lo, destrói formas antigas de produção e cria (ou recria) outras.

É verdade que os militares tentaram a ocupação planejada, via colonização, mas já se vão uns bons 15 anos em que não se coloniza coisa alguma na Amazônia. Onde, então, a continuidade entre o atual governo e o regime militar? Ou será que tem alguém pagando passagem para nordestino e paranaense, a expensas do Tesouro Nacional, sem que ninguém saiba?

Raul Jungmann, 45, é ministro extraordinário de Política Fundiária. Foi presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis) de 1995 a 1996.

Esclarecimento

"Com relação ao artigo do ministro Raul Jungmann, publicado na edição de ontem pela Folha (pág. 1-3), temos a esclarecer : 1) O texto publicado não era a versão final do artigo, mas um primeiro rascunho, que, por infeliz engano, foi enviado à Redação do Jornal; 2) embora seu conteúdo estivesse correto, nessa versão inicial o ministro utilizara alguns termos que, depois, considerou inadequados, mudando-os; 3) diante disso, o ministro, que viajou nesta tarde (ontem) para o exterior, determinou que a sua chefia de gabinete entrasse em contato com o deputado Gilney Viana, para pedir-lhe desculpas."

Flávia Pires Torreão, assessora de comunicação social do gabinete do ministro extraordinário de Política Fundiária (Brasília, DF).

Editorial

Jornal do Brasil, 25/3/98

Agonia da mata

Assume proporções de catástrofe ambiental o incêndio que já atinge 1/4 de superfície de Roraima, calcinando cerca de 4% do estado. Com três meses de duração, exibindo uma frente de 400 km com milhares de focos potilhando uma área de 36 milhões de hectares, é o mais grave sinistro ecológico da Amazônia nos últimos 30 anos.

A receita da destruição combina o tradicional primitivismo das queimadas indiscriminadas com uma estiagem prolongada pelo efeito do El Niño e ventos fortes que disseminam labaredas pela vegetação seca. A imprevidência oficial em relação a flagelos ecológicos em pontos remotos e a demora em mobilizar meios nacionais e internacionais completa o quadro da tragédia.

Em vez de ações rápidas, decisivas, maciças, conjugadas, assistimos a esforços dispersos, ausência de políticas preventivas, desprezo *pelo know-how* e apoio internacional. Impotentes, as autoridades locais não se entendem nem quanto à gravidade do incêndio, nem quanto ao tempo necessário para debelá-lo.

Enquanto o governador Neudo Campos (PPB) diz que a situação está fora de controle, o coordenador da Defesa Civil do governo federal, coronel José Wilson Pereira, jura que o incêndio está circunscrito. Mas o comandante da Amazônia, general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, considera que o combate ao incêndio será longo e imprevisível.

O fato incontornável é que as chamas avançam, os helicópteros encontram dificuldade em operar devido às péssimas condições de visibilidade (por causa de fumaça), as turmas que se movimentam por terra não conseguem deter um fogo que avança a 30 km por hora, 5.800 índios macuxis e taurepangues estão ameaçados.

Na falta de uma ação mais drástica e determinada, o Parque Nacional do Pico da Neblina, território de 2,2 milhões de hectares onde se situa a reserva dos índios ianomâmi, fica ameaçado. O garimpo deixou montanhas escalavradas que são mais vulneráveis ao fogo. Não contentes, começa a invasão da terra ianomâmi para garimpar ouro e cassiterita.

A tragédia de Roraima é um alerta de que tudo está por fazer no capítulo da defesa ambiental da Amazônia e que a mobilização nacional é imprescindível para evitar a ampliação de uma devastação de proporções imprevisíveis.

Editorial

O Estado de São Paulo, 27/3/98

Nacionalismo despropositado

No fundo, a fogueira em que se transformou parte do Estado de Roraima. Em primeiro plano, um general afirmando, em tom de exaltado nacionalismo, que o Brasil não necessita de ajuda da ONU e, se o oferecimento tivesse sido dirigido a ele, os bombeiros argentinos que trabalham ombro a ombro com os brasileiros não teriam vindo. Essa cena, exibida ao vivo pela televisão, denunciando um surto de nacionalismo retrógrado, acabou motivando uma reunião da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para apaziguar os temores infundados de alguns militares de que a ajuda estrangeira ao combate ao incêndio de Roraima possa dar corpo ao fantasma da internacionalização da Amazônia.

Tais temores somente seriam razoáveis se o Estado brasileiro fosse débil e o governo, impotente. Como não ocorre nem uma coisa, nem outra a questão não deveria ser levantada. Mas a razão não parece presidir a questão. Receia-se que o oferecimento de envio de especialistas da ONU em combate a incêndios do tipo que devasta Roraima preceda o envio dos chamando capacetes-verdes, fechando-se o ciclo com a constatação de que, se o Brasil não consegue controlar sozinho as ocorrências ambientais na Amazônia, a comunidade internacional chamaria a si a tarefa de fazê-lo, em detrimento da soberania brasileira sobre a área. Trata-se de uma teoria conspirativa, como sempre com aparência lógica, mas montada sobre premissas falsas. Afinal, os capacetes-verdes simplesmente não existem. Não passam de um projeto, de aprovação duvidosa, para a formação de um grupo multinacional permanente que, prestaria ajuda às vítimas de grandes desastres naturais ou ecológicos.

Essa teoria conspirativa, que com diferentes variantes é apresentada sempre que se discutem os problemas da Amazônia, é resultado da desinformação, do preconceito e do chauvinismo. Seria inofensiva, se não influenciasse alguns setores militares, não perturbasse o processo decisório do governo e do Congresso e não se constituísse potencial obstáculo à solução de crises, como a atual. O Brasil não precisa, neste exato momento, defender a soberania sobre a Amazônia de uma ameaça inexistente. Mas precisa de toda a ajuda possível, venha ela de onde vier, mas sempre sobre o controle e a coordenação das autoridades brasileiras, para debelar um incêndio de proporções inusitadas, que está devastando uma superfície equivalente à da Bélgica e ameaça unir-se a outros focos de fogo na Venezuela.

O governo federal despertou tardiamente para a gravidade do incêndio.

Bravatas nacionalistas não apagarão o fogo. Muito menos se pode esperar que a natureza, que criou as condições propícias para a queimada gigantesca, venha em socorro do Ibama, fazendo chover em uma região castigada por meses de estio inusitadamente inclemente.

Não há tempo, agora, para digressões defensivas, a respeito da cobiça internacional sobre a Amazônia, ou sobre as possíveis conseqüências da eventual criação de um corpo de capacetes-verdes sobre a soberania nacional.

O governo precisa recuperar o tempo perdido, mobilizando recursos humanos e materiais suficientes para conter a linha de fogo, que avança rapidamente, tocada pelo vento.

Depois de controlada a queimada, o governo deveria fazer uma profunda reflexão sobre a distância que existe entre a política de proteção ambiental, detalhada em várias leis, e sua capacidade de executá-la. Por melhores e mais rigorosas que sejam as leis, elas, afinal, não impedem a ocorrência de incêndios, propositais ou não, nem os apagam.

A fiscalização intensiva é que evita a ocorrência anormal de queimadas provocadas pelo homem. E é a ação de equipes de bombeiros especializados, equipados com material adequado, inclusive aviões, que impede que os focos de incêndio se transformem em catástrofe ecológica.

O Ibama tem a política e as leis, mas não tem os homens e os equipamentos. É por isso que a devastação de parte de Roraima pelo fogo só se diferencia pela dimensão de episódios como a destruição da reserva da Serra da Canastra, do Parque Nacional de Brasília e de tantos outros incêndios florestais, que só se extinguem pela chegada das chuvas ou pelo esgotamento da vegetação.

Ajuda externa para combater o fogo em Roraima não poria em risco a soberania sobre a Amazônia.

Luiz Caversan

Folha de São Paulo, 27/3/98

O incêndio e o Exército

Rio de Janeiro - É espantoso que tenha demorado tanto tempo para que, finalmente, as Forças Armadas se dignassem fazer alguma coisa para tentar conter o monstruoso incêndio que dizima florestas no Norte do país.

Depois de semanas de labaredas consumindo santuários ecológicos e pondo a perder um patrimônio natural formado ao longo de milhares de anos e que representa dos mais admiráveis bens do planeta, agora o Exército diz que vai comandar o combate ao incêndio.

O que, aliás, deveria ter feito desde a primeira hora em que se teve a verdadeira dimensão do acidente ecológico no qual se converteram as queimadas criminosas de Roraima.

Mas o Exército não foi para lá por causa do fogo propriamente dito ou porque a proteção do patrimônio territorial do país é uma de suas obrigações. Não, deslocou-se porque os militares sentiram-se feridos em seus brios nacionalistas, uma vez que o incêndio estava atraindo uma força-tarefa internacional, composta por militares de outros países, que, mais sensíveis que os brasileiros, já haviam se mobilizado.

Diante da "invasão estrangeira" , o Exército resolveu se mexer e tirar da ociosidade pelo menos parte dos milhares de soldados que mantém espalhados pelo país sem ter o que fazer.

Antes tarde do que nunca? Talvez. Ao menos este é um bom momento para se questionar, mais uma vez, para eu servem as Forças Armadas em tempo de paz.

Editorial

Jornal do Brasil, 27/3/98

Orgulho e Preconceito

A gravidade do incêndio que há duas semanas devasta Roraima e a inevitável repercussão internacional da catástrofe ambiental amazônica quebram a inércia oficial. A reunião da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional poderia ter vindo antes. Até agora a nação viveu o constrangimento de ver o fogo crescer sem reação governamental enérgica, tendo de se contentar com métodos rudimentares de combate às chamas e o desconforto do comando militar da Amazônia diante da oferta de ajuda internacional.

O próprio presidente da República deixou passar a oportunidade de demonstrar sensibilidade ecológica, para verificar *in loco* a tragédia que se abateu sobre um dos membros mais remotos e desvalidos da Federação. Nem fatores fortuitos, como as estiagens incomuns atribuídas a El Niño, nem os hábitos primitivos de queimar a mata eximem o governo de decisão e compaixão.

É no mínimo esdrúxula a reação nacionalista de militares que reivindicam exclusividade na luta contra as labaredas, como se o envio de uma força tarefa de especialistas patrocinada pelas Nações Unidas pudesse lesar nossa soberania. É arriscado argumentar soberbamente que o Brasil deve resolver seus problemas de forma independente, quando se sabe que nos últimos séculos nunca houve incêndio semelhante, o que aliás explica nosso despreparo pelo ineditismo do sinistro.

O Brasil não só pode como deve valer-se da experiência de países amigos afeitos a tragédias ecológicas do gênero, como Canadá, Estados Unidos, Austrália, Rússia, França. Assim como aceitou de bom grado auxílio de helicópteros argentinos e de brigadas venezuelanas.

É fundamental que o país se prepare técnica e logisticamente para defender a Amazônia, não no espírito possessivo e suspicaz, mas com a generosa consciência de que a hiléia é um tesouro ecológico da terra e um patrimônio da humanidade, ainda que sob soberania brasileira.

Situar a defesa do território acima da proteção das múltiplas formas da biodiversidade é legado colonial predatório que devemos descartar. Esse tipo de idiosincrasia patrioteira pode ser até mesmo levada ao ponto de absolver de maneira conivente produtores agrícolas nacionais que promovem novas queimadas na esperança de verem suas dívidas com bancos federais perdoadas.

Nesse espírito é preciso agradecer a pronta ajuda do presidente Carlos Menem, que enviou na semana passada dois aviões Hércules, um Boeing 707, quatro helicópteros, 80 bombeiros e 20 "capacetes brancos" para ajudar o combate ao incêndio. A Argentina viveu em 1996 situação dramática com focos de incêndio em Bariloche, dando origem a um Plano Nacional do Fogo que desde então impede que os focos de incêndio se alastrem.

A Alemanha já ofereceu ajuda e cogita-se de utilizar aviões russos com capacidade para 40 mil litros de água. A situação é de emergência e o governo deve fazer todos os esforços para proteger a área dos ianomâmi que ainda corre o risco de ser engolida pelas chamas.

Editorial

Gazeta Mercantil, 31/3/98

Preservar a Amazônia da devastação

Tudo indica que, apenas com a chegada das chuvas, será possível debelar o voraz incêndio que, segundo se calcula, já destruiu mais de 20% das áreas cobertas de vegetação do cerrado e de florestas do Estado de Rondônia. Uma missão de especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) chegou no início desta semana e, em coordenação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), vai proceder a uma avaliação da catástrofe e propor medidas para evitar que o fogo se alastre, de modo a proteger a vida dos habitantes das áreas urbanas e rurais, especialmente populações indígenas.

As queimadas, bastante comuns na região para limpar o terreno para a criação de gado ou para pequenas lavouras, favoreceram a propagação do fogo, mas o desastre ecológico é, em grande parte, atribuído ao aquecimento das águas do oceano Pacífico - o fenômeno conhecido como El Niño - e seus dramáticos efeitos sobre o clima, provocando secas ou inundações, em várias regiões da Terra.

Combate-se o incêndio em Roraima em várias frentes, muitas vezes com recursos improvisados, mas há que se destacar o empenho de bombeiros de vários estados, que trabalham em conjunto com as forças militares transferidas para a região, e a colaborações de corpos técnicos da Argentina e da Venezuela. O Banco Mundial (Bird) e países europeus também se prontificaram a dar ajuda financeira ao País nessa luta.

A tragédia de Roraima, como catástrofes semelhantes ocorridas na Indonésia, na Austrália e, em menor grau, na Venezuela, levanta duas questões. Primeiro, como se poderão articular instrumentos internacionais para prevenir cataclismos como este no futuro, que destroem reservas florestais cada vez mais escassas em todo o planeta.

Em nosso entender, a gravidade de tais desastres ecológicos exige melhor coordenação internacional para combatê-los com rapidez. Já existe um sistema de alerta da ONU, que os especialistas consideram muito eficiente. O que falta é dar à ONU poderes para mobilizar tempestivamente corpos de bombeiros ou de técnicos de várias partes do mundo, para trabalharem sob a égide daquela organização internacional. Isso evitaria as suspeições de que, ao enviar forças militares, outros países estariam intervindo em assuntos internos ou lesando a soberania dos países vitimados.

Isso não elimina a necessidade de o Brasil aparelhar-se para conter, por todos os meios a seu alcance, a devastação da Amazônia, que é um patrimônio da humanidade, sim, mas nem por isso deixa de ser um patrimônio nacional. Não podem passar sem uma ação enérgica do governo as queimadas criminosas e a exploração predatória de madeira por companhias internacionais que já devastaram florestas tropicais em outras regiões do mundo e que agora avançam sobre o Brasil.

A detecção prematura de incêndios ou derrubadas pode ser feita atualmente por satélite através do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe), que tem uma estação de recepção e

processamento de imagens em Cachoeira Paulista (SP). Mas, como assinalam técnicos do órgão, o satélite é utilizado basicamente para fins meteorológicos.

Um verdadeiro controle só poderá ser feito pelo Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam), que não se destina, como muitos pensam, a monitorar o tráfego aéreo naquela vastíssima região do País. O projeto Sivam, tão combatido em passado ainda recente, vai dar ao Brasil, de fato, soberania sobre a Amazônia, não só impedindo o contrabando, o tráfego de drogas, etc., mas possibilitando aos órgãos do governo, em todos os níveis, "enxergar" a Amazônia. O Sivam, que vai utilizar aviões especialmente equipados para sensoriamento remoto, poderá detectar exatamente o uso do solo, bem como o fluxo de sua ocupação. A primeira de suas estações será instalada em Manaus em 2000, seguindo-se as de Porto Velho em 2001 e de Belém em 2002.

Implantar o Sivam, porém, constitui metade da solução. É preciso que, paralelamente, outros órgãos do governo se capacitem para agir sem perda de tempo com base nas imagens e informações colhidas pelo sistema. Se assim não for, perderemos a Amazônia, não para potências estrangeiras, as para o fogo e para a motosserra.

Carta ao Leitor

Revista Veja, 01/4/98

O incêndio é nosso

No Brasil, muitas vezes se procura atacar os problemas pelo lado errado. Um exemplo é o incêndio que está devastando o Estado de Roraima. O fogo é usado tradicionalmente pelos agricultores da região para limpar o terreno antes do plantio. Desta vez, porém, as queimadas fugiram do controle e adquiriram proporções de catástrofe em virtude da seca causada pelo El Niño, o fenômeno que está afetando o clima de todo o planeta. Na semana passada, o fogo já havia devastado uma área maior que a Bélgica. O desastre não chega a ser uma surpresa para ninguém. Desde o segundo semestre do ano passado, o Brasil recebeu oferta de ajuda do exterior para apagar o incêndio - e reagiu com espantosa indiferença.

Em novembro, portanto bem antes que as chamas se alastrassem, a Organização das Nações Unidas, ONU, enviou uma carta ao governo brasileiro colocando à disposição os recursos de que o país necessitasse para enfrentar o problema. Tradução da oferta dada por um funcionário da ONU na semana passada: aviões, helicópteros, especialistas em incêndios florestais, tudo isso estaria à disposição das autoridades brasileiras em poucos dias. Bastava pedir. O governo achou à época que não seria o caso de aceitar a oferta. Conforme se verificou num balanço da tragédia feito na quinta-feira passada por autoridades em Brasília, por trás dessa atitude de aparente independência estava o temor dos militares de que a aceitação da ajuda estrangeira pudesse ser interpretada como uma confissão de fracasso.

Seria o pretexto, segundo essa visão, para que os outros países pudessem pensar naquilo que os militares brasileiros chamam, paranoicamente, de "internacionalização da Amazônia" . É um sentimento inteiramente deslocado, retrógrado. Mas, pelo visto, está no ar em Brasília. Tudo estaria muito bem se o governo brasileiro tivesse entrado em ação por conta própria. Isso não aconteceu. Ele só reagiu depois que a imprensa mundial passou a denunciar a destruição, nas últimas semanas.

José Carlos de Magalhães

O Estado de São Paulo, 13/4/98

A Amazônia e a hipocrisia européia

No começo deste século, um dos grandes juristas europeus, La Pradelle, sustentava, em extenso artigo publicado na *Revue Générale de Droit International (La Question Chinoise, vol. 8, págs. 272-340)*, o direito de os países europeus explorarem os recursos naturais da China, incapaz ou desinteressada de fazê-lo. O fundamento do direito de intervenção armada que pregava era o de que os recursos naturais de um país não são obra do povo que o habita, mas da natureza e, assim, nenhum povo tinha o direito de arrogar exclusividade de sua exploração. Dizia La Pradelle: *“A China tem as mãos cheias de riquezas e não as quer explorar. Seu solo e seu subsolo guardam tesouros que ultrapassam suas necessidades; ela não quer permitir à Europa que deles tome sua parte; deixa dormir, sem utilizar, as riquezas que guarda; tem ela o direito de privar a humanidade dos recursos que a natureza dispôs por si mesma?”* A essa indagação responde que a Europa tem o direito e o dever de lutar, não para expulsar os chineses, mas *“para expulsá-los de seu egoísmo, de os expropriar de sua rotina, de os demover de sua inércia”*.

Antes dele, no século 16, Francisco de Vitória, um dos fundadores do Direito Internacional, ao discorrer sobre o Novo Mundo e sobre os povos indígenas que o habitavam, já afirmara que os recursos naturais são obra de Deus e, assim, nenhum povo tem o direito de excluir os demais do uso e gozo de tais recursos, pois são obras da natureza. Dizia Vitória: *“No princípio do mundo, como as coisas eram comuns, era lícito a qualquer um dirigir-se a elas e percorrer as regiões que quisesse. E não se sabe que isso tenha sido abolido pela repartição das terras, pois nunca foi intenção das gentes evitar a mútua comunicação dos homens em virtude desta repartição”* (*Relecciones Teologicas, Madri, 1934, pág. 356*).

Esse pensamento informou e justificou o sistema colonialista que dominou o cenário internacional. Tinha a colonização por objetivo obter a livre disposição dos recursos naturais dos territórios colonizados, o que levou o grande jurista francês e intérprete desse pensamento vigorante, Georges Scelle, na década de 30, a justificar o uso da força contra povos dos territórios colonizados, a fim de os compelir a acatar o princípio do livre comércio e, assim, permitir a utilização de seus recursos naturais pela comunidade internacional, ou seja, pelos países europeus.

Essa orientação, ditada pela relação de dominação e subordinação, foi abandonada com a adoção da política de descolonização empreendida pela ONU na década dos 60, inspirada pelo princípio da igualdade de direito e de autodeterminação dos povos (artigo 12 da *Carta da ONU*). O movimento dos países do então chamado Terceiro Mundo conseguiu aprovar, na Assembléia-Geral da ONU, a Resolução 1.803, de 1962, pela qual se reconheceu a soberania dos Estados sobre seus recursos naturais, contando com a aprovação dos países desenvolvidos.

Tal resolução e outras muitas aprovadas pela ONU e por outras organizações internacionais, ao lado de tratados internacionais sobre a proteção do meio ambiente, demonstram preocupação da comunidade internacional, como um todo, com o globo terrestre e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Nesse quadro incluem-se o Tratado da Antártica, o Tratado

sobre a Cooperação Amazônica, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985, e a de Montreal sobre clorofluorcarbonatos, a Convenção do Mar, de Montego Bay, de 1972 - que considera o solo e o subsolo marinhos patrimônio comum da humanidade, com o que os EUA não concordam e, por isso, não a firmaram -, as resoluções da Conferência da ONU no Rio e muitas outras, que indicam que o centro das expectativas da comunidade internacional não é mais o indivíduo ou o Estado, mas a humanidade como um todo.

A questão imediata que tais expectativas sugerem é a de qual autoridade internacional deve zelar pelo atendimento dessas expectativas, se o Estado - como autoridade que é de direito internacional - ou a comunidade internacional organizada.

Diversas manifestações de Estados indicam que, em determinados casos, a autoridade internacional competente e capaz para zelar por tais interesses, no âmbito de seu território, é o Estado. Dentre tais manifestações, destaca-se a dos EUA, que realizaram, em seu território, inúmeras experiências nucleares, e no Atol de Bikini, simplesmente apagado do mapa pela explosão de bomba de hidrogênio, ante o estarrecimento dos demais povos. Na antiga União Soviética o mesmo ocorreu, ocasionando, até, o desastrado vazamento de Chernobyl, com graves efeitos em parte da Europa. Mais recentemente, a França, enfrentando o protesto de todo o mundo, resolveu fazer experimentos atômicos em ilhas do Pacífico, sob o argumento de que estaria tratando de sua defesa nacional, embora pondo em risco a saúde e a integridade física de outros povos. O incidente com navio da organização Greenpeace demonstra a firmeza com que a França defendeu seu interesse, em oposição ao da comunidade internacional.

Curiosamente, o Parlamento Europeu, em ato que revela a persistência da mentalidade de antigas metrópoles, senhoras dos destinos do mundo e das comunidades colonizadas, resolve aprovar críticas ao governo brasileiro por não aceitar ajuda da ONU no combate ao incêndio que destruiu parte de Roraima, sob o fundamento de que a floresta amazônica interessa à humanidade e, portanto, transcende o interesse do país em que se situa. É a velha justificativa colonialista que volta, sob o mesmo fundamento de proteção do interesse da humanidade, de que falavam Vitória, La Pradelle e Scelle.

Nesse quadro se inclui a proposta para que os países que integram o Grupo dos 8, versão atual do Concerto Europeu de 1815, realizem ação conjunta com a ONU para lutar "mais eficazmente contra a exploração abusiva e ilegal da floresta amazônica".

O que se procura, na verdade, é reviver a antiga justificativa intervencionista, que deu origem ao sistema colonialista, numa época em que os valores ocidentais não são mais os únicos a informar o sistema internacional. Falta autoridade ao Parlamento Europeu e aos Estados europeus em geral para expressar qualquer opinião sobre a Amazônia, cuja preservação é de responsabilidade exclusiva do Brasil e dos demais países que a integram, não obstante nem sempre capazes ou competentes para evitar ações danosas de exploradores. A aceitação da colaboração argentina e a mobilização das Forças Armadas demonstram disposição plena de resolver o problema ecológico causado pelo incêndio. Ainda que tais providências tenham sido tardiamente adotadas, não se pode, sob esse pretexto, internacionalizar a questão.

Afinal, a tenaz oposição dos países que integram a Otan, como Alemanha, EUA, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Itália e Países Baixos, ao pedido de parecer consultivo da Organização Mundial de Saúde à Corte Internacional de Justiça sobre a ameaça ou o emprego de armas nucleares, mostra o intuito real de tais países de tratar assuntos de ecologia segundo seus interesses exclusivos, e não os da comunidade internacional.

José Carlos Magalhães, mestre (Yale) e doutor (USP) em Direito, é professor associado da Faculdade de Direito de São Paulo.

Gustavo A. B. da Fonseca

Ciência Hoje, maio/98

Por quem arde a Amazônia?

Os incêndios no Estado de Roraima, já considerados tão graves como aqueles registrados na Indonésia no ano passado, revelam o maior panorama trágico enfrentado pela Amazônia. Todos correm atrás dos culpados: é o El Niño, afirmam os conformados frente às imponderáveis forças da natureza; é o governo, despreparado, desatento e lento na busca de auxílio e soluções; são os agricultores e pecuaristas, que usam o fogo com o descaso típico daqueles que interpretam as terras da região como recurso barato e inesgotável; são até os índios, com suas pequenas roças de mandioca. Os ecologistas-carpideiras, dizem, seguem a trilha da desgraça, explorando o infortúnio alheio. Os cientistas, em clausura voluntária em sua torre de marfim, são incapazes de produzir dados que permitam antecipar desastres desse porte. Enfim, os culpados são todos. E, como sempre, ninguém em particular.

Mas a Amazônia queima também em virtude de seus próprios pecados, reflexos congeniais de sua inflexível ecologia. Por que cargas-d'água foi ser fruto de um complexo e frágil sistema hídrico? Quem a mandou florescer sobre solos pobres e rasos, incapazes de perpetuá-la sob a mais débil agressão? Quem a mandou depender de intrincadas inter-relações entre os elementos de sua flora e fauna, mais numerosos do que em qualquer outra região do planeta, além de torná-los, individualmente, tão vulneráveis? Por que insiste em resistir à colonização se aceitou abrigar por milhares de anos populações indígenas, sem com elas travar essa guerra de vida ou morte? Que diabo de ecossistema é esse que, após persistir por centenas de milhares de anos, teima em incandescer em resposta ao desmatamento em nível que pode ser considerado até civilizado? Afinal, os satélites ainda detectam 80% ou mais da região com cobertura florestal. Como se não bastasse, por que tinha que alojar seu bojo justamente no nosso país? Pelo que parece, a Amazônia não tem jeito; só tem servido para nos envergonhar perante a comunidade internacional.

Choradeira à parte, as queimadas de Roraima são apenas uma manifestação mais crítica do mal crônico contraído pelo organismo amazônico: o desmatamento. Na sua porção sul, um cinturão de fogo estende-se do sul do Acre, passando por Rondônia, norte do Mato Grosso, sul do Pará e Tocantins, ardendo intermitentemente desde o início da década. Exatamente nessa região nasce boa parte dos rios que alimentam esse ecossistema e já mostram inequívocos indícios de esgotamento. Como nas doenças crônicas, os sintomas são agravados em alguns períodos, em outros mostrando ilusórios sinais de melhora. Mas, ao longo do tempo, a crescente fragilidade atrai infecções oportunistas de caráter localizado, como os pólos madeireiros de origem nativa e exótica. Como moléstias secundárias, seguem-se as estradas, por sua vez induzindo a fragmentação florestal e a colonização em bases não-sustentáveis. Basta então um resfriado, como o El Niño, e vem o fogo, carrasco último do tecido debilitado.

Seria injusto considerar que não tenham sido honestamente tentadas, ou no mínimo concebidas, terapias de combate a esse elenco de moléstias. Com o auxílio de agências de financiamento internacionais, dezenas de milhões de dólares anuais têm sido investidos na Amazônia na busca de soluções para os problemas aparentemente identificados. No entanto, o organismo amazônico parece insensível aos tratamentos ministrados, consequência talvez de equívocos no diagnóstico.

Mas é mais provável que a ausência de resultados esteja associada ao combate preferencial aos sintomas, esquecendo-se de atacar as causas do problema.

Como um índio do passado, domado e escravizado, mas pouco cooperativo, a Amazônia resiste em sangrar riquezas perenes para seus amos colonizadores. As verbas despejadas em projetos de colonização, infra-estrutura e exploração de recursos naturais são rapidamente metabolizadas pelo sistema, desaparecendo sob o pó e a fumaça. Mas o preço da resistência, infelizmente, continua a ser a lenta agonia amazônica rumo ao desaparecimento. A cada nova agressão, menor é a capacidade de resposta. E no rastro do malfadado modelo de desenvolvimento seguem os bandos de despojados, mais miseráveis.

Restam enfim os parques, as reservas indígenas e outras áreas teoricamente protegidas, corações e mentes da frente de resistência. Essas ainda contribuem para manutenção de um certo grau de saúde do ecossistema amazônico, abrigando uma parte da biodiversidade necessária à sua sobrevivência a longo prazo. Por outro lado, as variadas paisagens da Amazônia, unas mas independentes, não poderão se defender apenas nos parques e reservas - trincheiras. Esses, eventualmente, desaparecerão um a um. Somente a conversão das grandes paisagens contínuas irá permitir que o sistema ainda preserve certa capacidade de resistência e recuperação.

A Amazônia se enxerga como é: a floresta e a Amazônia, Amazônia e a floresta. Por quem, então, arde a Amazônia? Por ela mesma, exercício de auto-imolação em fútil protesto a nossa ignorância.

*Gustavo A. B. da Fonseca - Conservation International do Brasil
Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais*

Editorial

O Estado de São Paulo, 02/5/98

As reservas ambientais

Ao criar reservas ambientais, o governo federal começa a cumprir o compromisso assumido em dezembro, em Londres, quando se integrou à campanha Terra Viva 2000, do World Wildlife Fund (WWF). Ao aderir à iniciativa, comprometeu-se a preservar 10% das florestas até o ano 2000, o que também deverá ser feito por outros 22 países em cujos territórios se localizam importantes biomas florestais. As quatro reservas definidas nos últimos dias - Parque Nacional de Jurubatiba e Reserva Biológica da Fazenda União, no Estado do Rio, e os Parques Nacionais de Viruá e da Serra da Mocidade, em Roraima - somam cerca de 600 mil hectares de matas protegidas. Outros 25 milhões de hectares serão transformados em área de preservação. Para financiar os estudos de identificação dessas reservas o Banco Mundial (Bird) fechou contrato com o governo brasileiro no valor de US\$ 720 mil. É a primeira parcela de um total de US\$ 35 milhões que o Bird enviará ao País nos próximos anos. Nessa primeira etapa, os recursos serão utilizados para fazer o levantamento das áreas que deverão ser preservadas. Até o final do projeto, o governo federal entrará com uma contrapartida de R\$ 37 milhões.

O WWF, maior organização ambiental do mundo, foi quem intermediou o incentivo do Bird ao projeto brasileiro de proteção ao meio ambiente. De todos os países que aderiram à campanha do WWF, o Brasil foi o primeiro a receber recursos. A explicação é simples: do total de 50 milhões de hectares de florestas que o Banco Mundial e a ONG pretendem ver preservados, 50% estão em território brasileiro. O custo de todo o projeto poderá atingir US\$ 156 milhões, mas o presidente do Bird, James Wolfensohn, enviou um recado ao Brasil: "Dinheiro não é problema."

Tendo o presidente da República assumido o compromisso de preservar as florestas e o Banco Mundial manifestado a determinação de financiar os trabalhos de preservação, estão dadas as condições para que o ambicioso projeto seja levado avante. Se dinheiro não falta, não haverá de faltar vontade de levá-lo adiante.

A decisão do presidente teve uma repercussão altamente positiva mundo afora.

Serviu, sem dúvida, para reduzir um pouco a indignação gerada em todos os continentes pela demora do governo em atuar no combate ao incêndio que destruiu milhares de hectares de floresta em Roraima. Em vez de se desculpar, o governo preferiu agir, e o ideal é que leve o plano do WWF e do Bird a sério, até o fim. Será a chance de demonstrar capacidade de gerir o maior patrimônio ambiental do mundo.

A Amazônia, que representa 30% do total de florestas da Terra, já perdeu 52 milhões dos seus 370 milhões de hectares por obra dos madeireiros, garimpeiros, traficantes, projetos de assentamentos e de agropecuária mal administrados e da agricultura de subsistência, que ainda usa o fogo como meio de limpar a terra.

Não bastará ao governo criar parques nacionais. Será preciso atuar de forma eficiente e permanente contra esses fatores que degradam o ambiente. Não é necessário impedir a exploração racional e econômica da Amazônia, mas é urgente que sejam preparados planos de

desenvolvimento sustentável, privilegiando o turismo, a atividade esportiva da caça, a pesquisa e a biotecnologia - atividades rentáveis que estimulam a preservação da mata.

Valdo Cruz

Folha de São Paulo, 06/5/98

De mal a pior

Brasília - Roraima pegou fogo. Quando o governo federal acordou para as cinzas que tomavam conta do Estado, já era quase tarde. Foi salvo pela chuva e, quem sabe, pela pajelança dos índios.

A seca promete ser a pior dos últimos tempos no Nordeste. Ninguém no governo parecia estar preocupado com isso. Até que os saques começaram e acenderam o sinal vermelho no Palácio do Planalto.

A dengue começou no Rio, se alastrou por Minas e chegou a outros Estados. E o Ministério da Saúde fazia de conta que não era com ele. Só quando José Serra assumiu é que o assunto virou prioridade.

Três tragédias que pegaram o governo Fernando Henrique Cardoso de surpresa. A reação, nos três casos, veio apenas depois que a porta já estava arrombada. Sinal de que FHC anda mal assessorado em algumas áreas.

Há ainda aqueles assuntos explosivos que o governo sabe que existem, promete eliminá-los - ou pelo menos reduzi-los - e nada: o rombo nas contas públicas e o desemprego.

O pior, para FHC, é que nada indica que as coisas vão mudar. Pelo contrário, em alguns casos há um risco de agravamento e bem perto das eleições de outubro.

A região amazônica não está livre de novos incêndios, e a seca está apenas no começo. O rombo das contas públicas, mesmo que apresente alguma redução, ficará bem acima das expectativas do governo. E o desemprego deve fechar o ano na casa dos 8%.

Sem falar na possibilidade de um novo ataque especulativo contra o real durante a campanha eleitoral. Um risco apontado por algumas consultorias internacionais, que ganhará contornos de realidade caso o governo perca a batalhada Previdência.

Tudo isso jogado num mesmo saco sinaliza ao presidente uma campanha com mais dores de cabeça do que ele imaginava. A vantagem de FHC continua sendo uma moeda forte e a ausência de um adversário viável.

Mas, com certeza, ele terá de colocar a sua turma para trabalhar, e muito, se quiser concretizar o sonho de ganhar a eleição no primeiro turno.

José Goldemberg

O Estado de São Paulo, 19/5/98

Subsídios e desenvolvimento tecnológico

Existe uma grande quantidade de estudos sobre as causas do desenvolvimento tecnológico, mas a mais simples delas é a de que a concorrência baixa os preços e força a procura de alternativas tecnologicamente superiores. O fato de as prateleiras dos supermercados brasileiros estarem cheias de produtos estrangeiros e o esforço dos produtos nacionais para competir com eles, certamente, estão contribuindo, e muito, para o período de estabilidade que atravessamos. Esse princípio básico da economia, apesar de óbvio e até acaciano, está sendo violado claramente no caso da produção de eletricidade na Amazônia, onerando os consumidores do restante do País, principalmente de São Paulo.

O que sucede na Amazônia é que as distâncias são tão grandes e os centros urbanos, tão isolados que não há uma rede elétrica que leve energia às centenas de pequenas localidades existentes naquela região. Por essa razão, energia elétrica é gerada por pequenos motores movidos a óleo diesel, que fornecem eletricidade para cada cidade, separadamente.

É evidente que esse sistema torna a eletricidade cara e de baixa confiabilidade, porque levar óleo diesel a localidades distantes não é fácil e a sua manutenção é problemática. O consumidor da Amazônia não sente esses custos e paga por eletricidade o mesmo que os habitantes do restante do País. A Eletrobrás reconheceu há muitos anos que a Amazônia é um caso especial e paga aos produtores que usam óleo diesel cerca de três vezes mais do que no sul do País.

O subsídio é considerável e monta a cerca de R\$ 400 milhões por ano. Quem paga por ele são os consumidores do restante do País. De São Paulo se origina um terço dos recursos acima mencionados.

Quando foi criado, esse subsídio se justificava - caso contrário, os habitantes de pequenas cidades da Amazônia continuariam sem eletricidade até hoje.

O que nunca se justificou foi o fato de que os subsídios se tornassem permanentes - o que criou um grupo de beneficiários sem nenhum interesse em melhorar a tecnologia e reduzir os subsídios.

Com o grande programa de desregulamentação do setor elétrico em andamento, acreditava-se que todos os subsídios seriam reduzidos gradualmente, abrindo caminho para modernização dos sistemas e, eventualmente, para o uso de tecnologias alternativas, como a energia solar ou a utilização de madeira - que é abundante na Amazônia - para gerar eletricidade.

Não foi isso, porém, o que aconteceu. Uma medida provisória em apreciação no Congresso - que já foi reeditada 10 vezes - recebeu emendas e o relator, deputado João Carlos Aleluia, produziu um texto que mantém por 15 anos (!) subsídios à eletricidade gerada por óleo diesel na Amazônia.

Curiosamente, a mesma medida provisória propõe a redução gradativa, até a sua extinção no ano 2002, dos subsídios à eletricidade gerada por carvão mineral no sul do País. Essa sábia medida

dá, pois, um prazo razoável durante o qual os produtores poderão melhorar sua tecnologia ou procurar alternativas.

Essa é a estratégia que é usada no mundo todo para acelerar os avanços técnicos. A Inglaterra, por exemplo, em 1990 introduziu um pequeno adicional de 1% em todas as contas de eletricidade do País. O fundo formado com esse adicional foi usado para encorajar os produtores de eletricidade gerada por ventos e lixo urbano. O subsídio foi reduzido gradualmente a cada ano e forçou a queda dos preços. No período de cinco anos, a eletricidade gerada por métodos alternativos compete com a gerada com carvão e petróleo.

Esse é o caminho que deveríamos seguir no Brasil, e não eternizarmos subsídios que podem beneficiar alguns privilegiados mas não a população em geral.

José Goldemberg, professor, foi secretário do Meio Ambiente do governo federal

Garo Batmanian

Revista Veja, 20/5/98

Vale a pena preservar “A manutenção da biodiversidade não é só uma questão ética. É estratégica”

As 376 áreas protegidas pelo Sistema Nacional de Parques dos Estados Unidos recebem, por ano, mais de 270 milhões de visitantes, que geram receita de 10 bilhões de dólares e 200.000 empregos. No Brasil, entre as 87 unidades de conservação federais, apenas uma é lucrativa, a do Parque Nacional de Foz do Iguaçu. Conclusão óbvia: enquanto os americanos faturam com o ecoturismo, o Brasil desperdiça uma excelente fonte de recursos e empregos. O ecoturismo é uma forma simples de aproveitamento econômico da natureza, pois basta mantê-la como está.

Preservar significa também assegurar o suprimento de matérias-primas de uma das principais indústrias do próximo século, a biogenética. Quarenta por cento dos medicamentos utilizados no planeta são sintetizados ou produzidos a partir de espécies naturais. O Brasil possui 10% da biodiversidade mundial. Sua manutenção, portanto, não é apenas uma questão ética, mas estratégica.

A Shaman Pharmaceuticals, da Califórnia, já catalogou 7.000 plantas da Amazônia e patenteou dois medicamentos, entre eles um antiviral com aplicações em doenças pulmonares e herpes, com mercado estimado em 20 milhões de consumidores. É um exemplo entre muitos. Essa indústria estrangeira corta custos em pesquisa utilizando conhecimentos dos pajés indígenas. São eles geralmente que, por hábitos e usos ancestrais, sabem identificar na floresta ervas e essências com propriedades medicinais. Em troca desses conhecimentos, a Shaman mantém na Amazônia uma fundação que divide alguns benefícios econômicos com a população local. A maioria das empresas nem isso faz. O Brasil só vai se beneficiar de sua biodiversidade se investir em pesquisa e adotar uma legislação eficiente contra a biopirataria.

Segundo uma pesquisa do World Wildlife Fund, WWF, o total gerado pela exploração econômica de espécies selvagens soma, em todo o mundo, algo como 500 bilhões de dólares anuais. Também nessa área o Brasil está atrasado. Já fornecemos 8% da madeira tropical consumida no mundo, quase toda ela extraída de forma predatória. Pressionados por consumidores mais conscientes, os importadores estão exigindo os “selos verdes” — certificados que comprovam a exploração sustentada da madeira. O Brasil tem apenas 300.000 hectares de florestas certificadas, e perde tempo acusando os compradores de impor barreiras não tarifárias a nossa madeira. Enquanto isso, países como a Bolívia e o Paraguai estão certificando suas florestas e tomando nossos mercados. O Brasil ainda exporta empregos nesse setor, porque vende lá fora tábuas e não produtos acabados, que exigem qualificação técnica. Mais um potencial desperdiçado.

Desde a Eco 92, o Brasil criou um único parque nacional, no ano passado. No final de abril, o governo anunciou a criação de outros quatro e o compromisso de proteger uma área do tamanho do Estado de São Paulo de selva amazônica. Foi um passo importante. Resta, agora, ao governo e ao setor produtivo investir também na ponta do uso sustentado. É preciso adotar políticas amplas que valorizem os recursos naturais e contemplem desde a consolidação das florestas nacionais e reservas extrativistas até a modernização das práticas produtivas.

Garo Batmanian, doutor em ecologia, é diretor executivo do WWF no Brasil.

José Goldemberg

O Estado de São Paulo, 21/5/98

As lições de Roraima

As conseqüências do El Niño, nome dado às perturbações do clima causadas pelo aquecimento anormal de uma região do Oceano Pacífico, mostram como é delicado ao equilíbrio entre as grandes forças naturais do nosso planeta. O aumento de apenas alguns graus na temperatura da superfície do oceano causou secas, tempestades, inundações e incêndios que assolaram vários continentes, causando enormes danos econômicos, mortes e sofrimento a milhões de pessoas.

O que ocorreu no último verão em São Paulo é uma boa indicação desses problemas. Tivemos o verão mais quente das últimas décadas, com o desconforto resultante, que durou vários meses. Uma análise das medidas diárias da temperatura nesse período mostra, porém, que tudo isso se deve a um aumento médio da temperatura ambiente de apenas dois graus centígrados!

Os problemas de Roraima não foram muito distintos, mas com uma diferença: a ação destrutiva do homem se somou à ação do clima excepcionalmente seco deste ano, originário do El Niño. Desastres naturais como inundações, terremotos e secas são impossíveis de evitar. Mas o que é possível é não agravá-los e se prevenir para enfrentá-los quando ocorrerem. Isso não aconteceu em Roraima. As autoridades argumentam que foram colhidas de surpresa, o que explica a demora em reagir diante dos problemas, além das confusões usuais sobre a responsabilidade do governo local, estadual ou federal.

Pois bem, o que os meteorologistas nos informam agora é que haverá, entre julho e setembro, na maior parte da Amazônia, um novo surto de seca originário do El Niño, que se somará à seca usual nesse período. E, desta vez, não podem as autoridades argumentar que foram apanhadas de surpresa.

Trata-se de uma "morte anunciada", parafraseando a maravilhosa crônica de Gabriel Garcia Márquez.

O que cabe fazer agora, portanto, é manter de prontidão todo um esquema de combate aos incêndios, beneficiando-se da experiência de Roraima. Além disso, contudo, o que é essencial é evitar que os incêndios comecem, porque não se pode ter ilusões de que seja possível combatê-los com eficácia numa região imensa como a Amazônia, quando nem incêndios urbanos - como ocorreu recentemente no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro - são controlados.

É preciso iniciar já um trabalho de conscientização dos fazendeiros da região, alertando-os para os perigos de incêndios descontrolados, dos quais eles mesmos serão as primeiras vítimas. O Ibama deveria tornar claro que, desta vez, não haverá tolerância e as leis vigentes serão aplicadas, incluindo multas e prisões, se necessário.

Além disso, o governo como um todo precisa se conscientizar de que os efeitos do El Niño são apenas uma "avant-première" do que o aquecimento global do planeta vai provocar no futuro e para o qual a destruição da floresta amazônica contribui. O "efeito estufa", conseqüência da queima de combustíveis fósseis e de florestas, parece um problema distante e de

responsabilidade dos países mais ricos, que são os que queimam mais de dois terços do carvão, gás e petróleo usados atualmente.

Este é um pequeno consolo: desmatamento também contribui para o "efeito estufa" e do aquecimento global sofreremos todos, ricos e pobres. É inútil levantar, neste caso, a tese da independência nacional e de que o Brasil jamais se curvará a pressões do exterior. A questão não é essa, mas a de evitar o problema, no interesse do povo brasileiro. Se os países ricos se beneficiarem com isso, tanto melhor, mas as razões para fazê-lo são nossas e tomadas soberamente pelos brasileiros.

O que cabe fazer na Amazônia é não só combater incêndios fora de controle, como ocorreu em Roraima, mas também os incêndios "controlados", que fazem parte da rotina dos fazendeiros locais e até dos sem-terra.

A Amazônia não é a França nem os Estados Unidos. A floresta tropical é mais frágil. As características de sustentabilidade que as florestas de clima temperado têm não se aplicam à Amazônia e, portanto, a expansão da fronteira agrícola e o desmatamento não podem ser feitos como ocorreu no passado, nesses países.

A "ocupação" da Amazônia, tese festejada com grande ênfase na época do regime militar, tem de ser revista, por meio de soluções que não redundem na sua destruição.

José Goldemberg, professor, foi secretário do Meio Ambiente do governo federal

O G-8 e as florestas

Reconhecendo o aumento da pressão econômica sobre os recursos florestais, a recente Cúpula do G-8 em Birmingham voltou a pautar, após vários anos de tentativas frustradas, a questão das florestas como uma prioridade na agenda ambiental internacional. Desde as negociações preparatórias para a ECO-92, esse tema fora objeto de vários processos e reuniões intergovernamentais, mas sem avanço substancial, apesar das mudanças na estratégia diplomática de vários países, tanto do Norte quanto do Sul.

Será que a iniciativa dos sete ricos e da "grande pobre" Rússia - com suas grandes reservas florestais - terá a capacidade de reverter um quadro de negociação substancialmente paralisado há uma década? Dois elementos parecem apontar para uma resposta tendencialmente negativa, com algum espaço para avanços limitados e setoriais. Em primeiro lugar, o "plano" de Birmingham não é um verdadeiro plano, pois, ao enunciar os objetivos de uma ação coordenada, não identifica e, ainda menos, compromete os recursos que seriam necessários para tão ambiciosa operação. Em segundo lugar, não supera a divisão interna sobre a necessidade de negociar uma convenção, ou seja, um instrumento vinculante de direito internacional. Dentro do G-8, o Canadá representa os que mais desejam esse instrumento, concebido não como um acordo de proteção e, sim, como um impulso ao livre comércio de produtos de madeira. Ao contrário, os EUA temem sua crescente dependência do mercado canadense e mostram ceticismo sobre qualquer forma de reforçar essa hegemonia. No Sul, é a Malásia que lidera a frente dos favoráveis a uma convenção, mostrando assim que a tradicional dialética entre países desenvolvidos e em desenvolvimento foi superado por divisões e alianças internas entre esses grupos.

Deixando de lado as contradições internas e a falta de recursos, os aspectos promissores da decisão de Birmingham podem ser encontrados na ênfase sem precedentes dada à necessidade de lutar contra a extração e o comércio ilegais de madeira, assim como ao apoio para mecanismos de certificação dos produtos florestais. Apesar de confirmar uma visão limitada da questão florestal, indevidamente restrita a uma espécie de "questão madeireira", esses elementos, se traduzidos em prática, podem pelo menos representar um estímulo a formas decentes de exploração florestal, especialmente naqueles países, como o Brasil, onde entre 80% e 90% da madeira é extraída ilegalmente.

Outras iniciativas contribuem para reavivar o debate internacional sobre a questão florestal:

- Uma resolução do Parlamento Europeu, relacionada com os incêndios florestais asiáticos e de Roraima, voltou a colocar a questão da necessidade de cooperação técnica e financeira internacional, até mesmo com referências críticas à atuação insuficiente das próprias instituições da União dos 15 países europeus. A mesma resolução chama atenção para a necessidade de ações efetivas contra a ilegalidade difusa na Região Amazônica.
- A revisão da política florestal do Banco Mundial, por meio de um processo ainda não claramente definido, deveria ter como enfoque a mudança da norma, estabelecida em 1991,

que proíbe qualquer financiamento do banco para atividades de exploração em florestas primárias. O assunto é delicado e controvertido: a argumentação é que seria necessário viabilizar o manejo florestal sustentável, mas pairam dúvidas sobre a necessidade de utilizar recursos do banco para esse fim.

- Está reunido pela primeira vez em Brasília o Grupo Internacional sobre Mogno, criado há quase um ano em Harare, na Conferência sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas. Esse grupo deveria, depois do vexame da delegação brasileira opondo-se às medidas de controle concordadas entre os principais exportadores e importadores, contribuir para a retomada de um diálogo internacional sobre esse assunto.
- Ocorrerá em Genebra, em agosto, a primeira reunião substancial do novo Fórum Intergovernamental de Florestas das Nações Unidas, criado para substituir o fracassado Painel de Florestas que terminou sem resultados no ano passado. Espera-se que esse novo e mais ativo clima internacional possa viabilizar alguns avanços setoriais, por exemplo sobre o acesso aos mercados para os produtos florestais, tais como óleos, frutas, borracha, etc. Uma pré-estréia dessa discussão internacional está marcada para julho em São Paulo, por ocasião da Feira dos Produtos da Amazônia.
- Foi confirmada, em reunião recente realizada no Gabão, a absoluta incapacidade de a Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO) de perseguir o objetivo do manejo sustentável até o ano 2000. As experiências existentes constituem ainda uma exceção à regra, e não estão entre os projetos apoiados por essa instituição.

Nesse quadro final, falta ainda uma política e uma estratégia do governo brasileiro, um dos atores fundamentais na área florestal, em razão da magnitude e qualidade de seus recursos. É necessário que essa estratégia seja construída por meio de adequada consulta ao setores interessados, dentro e fora do governo federal, levando a uma posição pró-ativa e responsável, ausente até agora, tanto no âmbito interno como no internacional.

Roberto Smeraldi é jornalista e coordenador do Programa Amazônia de Amigos da Terra

Paulo Nogueira-Neto

O Estado de São Paulo, 08/6/98

As Florestas e o Imposto Territorial Rural

Primeiro, desejo expor alguns dados históricos, para melhor explicar a evolução da questão. Juntamente com José Carlos Reis de Magalhães, em São Paulo e, no Rio de Janeiro, com o almirante Ibsen Câmara, Aldemar Coimbra, Alceu Magnanini, Maria Thereza Jorge Pádua e Luiz Emygdio, somos sobreviventes do pequeno grupo que lançou as bases do movimento conservacionista brasileiro de pós-guerra. Naquela época, nossa única preocupação ambiental era salvaguardar a flora e a fauna. Não tínhamos ainda uma visão mais ampla. Aqui, em São Paulo, instituímos em 1954 a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, hoje Associação de Defesa do Meio Ambiente, e, no Rio, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

A entidade paulista foi fundada no calor de uma grande e memorável luta. Nos anos 1950, o Pontal do Paranapanema era ainda uma grande floresta, em terras devolutas do Estado. Para salvar essas matas, contávamos com o apoio do jornal **O Estado de S. Paulo** e de outros órgãos da imprensa, além do governador Jânio Quadros. Pessoas como o jornalista Mário Mazzei Guimarães, o agricultor José Carlos Reis de Magalhães e o zoólogo Lauro Travassos Filho merecem destaque. Travamos uma árdua luta, que durou alguns anos. Perdemos a batalha maior, mas tivemos uma importante vitória. Foi possível proteger a área da floresta do Morro do Diabo, hoje parque estadual. Isso foi efetivado graças à ação enérgica e decisiva do então secretário da Agricultura, Renato da Costa Lima, no governo Lucas Nogueira Garcez. Com a ajuda da Polícia Militar, ele impediu que se consumasse o "golpe" da arrematação ilegítima. Fui um dos seus assessores. Senti de perto a indiferença geral do público, naquela época, em relação aos problemas ambientais.

Durante o governo Carvalho Pinto, nos anos 1960, surgiu o programa Revisão Agrária, sob a direção de José Bonifácio Coutinho Nogueira (meu irmão), secretário da Agricultura. Seu propósito era dar incentivos fiscais aos fazendeiros que usassem métodos modernos de conservação do solo, dessem condições boas de higiene às casas dos seus empregados rurais e preservassem as suas florestas nativas. Naquele tempo, o imposto territorial rural era do Estado. As terras improdutivas e devastadas teriam um imposto maior.

Esse programa encontrou oposição, muito grande, dos que se opunham a qualquer tipo de reforma agrária, mesmo que fosse moderada. Contudo, também recebeu apoios. A legislação começou a ser implantada, mas pouco depois o imposto se tornou federal. Essa esfera do poder público manteve incentivos às práticas agrícolas racionais e à proteção das florestas, mas o imposto não foi atualizado. Perdeu praticamente toda eficácia como instrumento de renovação agrária ao tornar-se, geralmente, irrisório.

Em 1965, o Código Florestal, que datava de 1934, foi amplamente reformulado. As florestas protetoras, que devem proteger sobretudo as matas ciliares e as encostas mais inclinadas, receberam atenção especial. Contudo, os legisladores de então, e mesmo os que modificaram depois certas passagens do código, não se deram conta de alguns pontos absurdos, que permanecem até hoje.

Assim, por exemplo, no caso dos grandes rios, as matas ciliares devem ter quilômetros de largura. De acordo com esse código, nenhum morador se pode estabelecer às margens dos rios. Ora, na Amazônia é impossível, na grande maioria dos casos, residir e viver longe dos cursos d'água. Embora isso seja uma verdade gritante, a proibição permanece até hoje na lei e o código continua na Amazônia totalmente desobedecido e desmoralizado nesse ponto.

Por outro lado, em grande parte da Federação Brasileira, a reserva florestal legal deve abranger 20% de cada propriedade. Essa reserva, diga-se de passagem, é sempre considerada coisa distinta das florestas protetoras, ou seja, as matas que ocupam áreas de declive mais acentuado, margens de cursos d'água, etc. Em muitos lugares, isso cria problemas sérios para os agricultores.

A legislação do Imposto Territorial Rural também adotou esse princípio. Na prática, no Brasil Sudeste, no Brasil Sul e em outras regiões, isso significa que em inúmeras propriedades rurais os seus donos terão de acabar com uma parte das suas atividades agrícolas, para plantar florestas, em lugares onde hoje praticam agricultura de boa tecnologia.

No meu entender, isso vai contra um dos princípios básicos do movimento ambientalista, que tem como postulado fundamental o fato de a erradicação da miséria ser absolutamente necessária, não somente como imperativo moral, mas também para haver no mundo uma razoável qualidade de vida e uma situação demográfica melhor. Se tivermos de diminuir a agricultura praticada nas nossas melhores terras, a consequência lógica será menor produção de alimentos, menor emprego de mão-de-obra e maior pressão para a derrubada de florestas nas fronteiras agrícolas existentes na Amazônia. No momento em que ainda temos grandes bolsões de miséria no entorno das nossas grandes cidades, diminuir o cultivo e, portanto, encarecer assim o custo dos alimentos significa agir contra o meio ambiente. Repito que erradicar a miséria deve ser a nossa preocupação ambiental número um, por causa dos seus graves efeitos destrutivos, morais e materiais.

Diante dessas premissas, torna-se clara a necessidade, urgente, de uma troca de idéias ou de uma negociação legislativa, no bom sentido da expressão, para compatibilizar a defesa das áreas naturais com a necessidade de produzir alimentos. Uma das idéias que a bancada ruralista no Congresso teria levantado seria fazer uma lei que permitisse completar os 20% da reserva florestal legal com a aquisição, pelo proprietário, de matas na Amazônia.

À primeira vista, a idéia parece interessante. Contudo, adquirir simplesmente matas na Amazônia esbarra num obstáculo. É necessário manter as áreas assim adquiridas bem protegidas, a salvo da devastação, o que não é fácil numa região tão grande. A meu ver, porém, essa dificuldade poderia ser contornada com a sugestão, que também já foi oferecida, de que as terras adquiridas façam parte de unidades públicas de conservação. Assim, elas poderiam ser mais bem guardadas. Os detalhes dessa sugestão poderiam ser discutidos com o poder público federal para o envio de um projeto de lei ao Congresso, objetivando uma solução de consenso amplo. Muitos ambientalistas sugerem que essas terras a serem adquiridas o sejam no próprio Estado em que a propriedade agrícola se encontra, de preferência na mesma bacia hidrográfica. Poderia haver uma solução mista, parte amazônica, parte local. As idéias fervilham. A meu ver, as reservas extrativistas deveriam também ser beneficiadas, mas isso seria assunto para outro artigo.

Arrendamentos de áreas naturais para agricultores que não têm a reserva legal de que necessitam parece óbvio que não seriam uma solução permanente e seu controle seria difícil.

O movimento ambientalista tem recebido amplo apoio da opinião pública brasileira e mundial. Essa é a sua grande força política. Seria um grave erro perder esse apoio precioso, se agirmos de modo frontalmente contrário aos princípios do desenvolvimento auto-sustentável. Emperrar ou diminuir a produtividade de milhões de propriedades rurais significa perder a simpatia e o apoio de que dispomos nas áreas agrícolas do Brasil.

Deixo aqui o meu apelo para que a situação seja resolvida com calma, bom senso e fidelidade aos princípios ambientalistas básicos, como é o caso da erradicação da miséria. Sem essa erradicação, será difícil solucionar o problema demográfico.

A eficiente senadora Marina Silva (PT-AC) declarou recentemente que "é preciso existir uma opção de desenvolvimento na qual todas as vertentes se encontrem e façam sentido".

"Esse é o xis da questão", como ela muito bem afirmou.

Paulo Nogueira - Neto, professor - titular ap., de Ecologia do Instituto de Biociências da USP, é membro do Conama, do CAD - Cetesb e de diversas ONGs.

Washington Novaes

Estado de São Paulo, 12/6/98

A Amazônia e a informação

Está aí de novo a Amazônia no olho do furacão. Por muitos motivos. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria sobre as preocupações ambientais da população brasileira mostrou que, para quase 50% dos habitantes da Amazônia e do Centro-Oeste, o principal problema está na devastação das florestas.

É uma preocupação que cresce e tem razões sólidas para isso. Ainda há poucas semanas, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia reafirmou a possibilidade de uma "superqueimada" este ano, num arco de florestas com mais de 200 mil km² - do Pará a Rondônia, incluindo partes do Tocantins e de Mato Grosso. Neste período do ano, com a seca agravada pelo El Niño, essa vasta extensão já estaria extremamente vulnerável, por causa da extração seletiva de madeiras nobres, que abre clareiras e picadas na floresta, prejudica parte da vegetação baixa (que seca), facilita maior penetração de luz e calor e reduz a umidade. Criam-se condições para que qualquer queimada em propriedades próximas se alastre em alta velocidade pela floresta.

No ano passado, foram detectadas pelo menos 1.450 grandes queimadas florestais na Amazônia. Este ano, poderia ser muito pior.

O Ibama anunciou haver iniciado em maio a Operação Macauã, para fiscalizar e impedir, com 136 fiscais, seis barcos e dois helicópteros, os desmatamentos ilegais e queimadas nos 3,7 milhões de km² de florestas, inclusive no arco mencionado. Conseguirá? Parece muito difícil. No ano passado, por exemplo, as operações desse tipo conseguiram autuar por desmatamentos e queimadas irregulares em pouco mais de 40 mil hectares, ou 420 km² quilômetros quadrados - quando o desmatamento, segundo estimativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, atingiu mais de 13 mil km². Ou seja, a ação fiscal nesse campo chegou a pouco mais de 3% da área atingida.

Não bastasse esse nível de problema, também não se consegue avançar na discussão de outro grave ângulo, levantado no recente relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que apontou o processo de reforma agrária na Amazônia como um dos principais vetores de desmatamento - mais de 250 mil km² -, já que quase 90% das terras destinadas nos últimos 30 anos a esse fim estão na Amazônia. Os órgãos envolvidos no processo, pelo lado dos que reivindicam terras, têm-se recusado a discutir o assunto, exigem a retirada dessas conclusões do relatório. E ponto final. Do lado governamental também prevalece o silêncio.

A discussão sobre o programa de exploração de florestas nacionais - quaisquer que sejam seus méritos ou deméritos; a controvérsia é forte - parece empacada, depois de enfrentar obstáculos na Justiça.

Com todas essas questões sobre a mesa, continua-se a anunciar a abertura de novos "eixos de desenvolvimento" na região, paralelos aos "corredores ecológicos" planejados. Mesmo conhecendo o resultado devastador de iniciativas dessa natureza, como se tem visto no Centro-Oeste e na própria Amazônia.

Coincidência ou não, neste mesmo momento se observa uma ofensiva de relações públicas a respeito do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Reportagens em revistas e jornais, home pages, vídeos institucionais, histórias em quadrinhos, aproximações com organizações não-governamentais e outras iniciativas tentam lançar uma luz favorável sobre o sistema, que tanta controvérsia causou quando das denúncias de irregularidades em sua licitação.

A estratégia de relações públicas põe em destaque as possibilidades de um sistema que contará com 87 estações meteorológicas, 19 radares fixos e seis móveis, 32 unidades de vigilância e telecomunicações, três esquadrões de aviões Tucano, mais oito aparelhos de sensoriamento, sensores térmicos, etc. E tudo isso ligado a satélites e outras tecnologias de ponta, capazes de permitir o controle seguro do tráfego aéreo, o conhecimento do subsolo, o monitoramento do clima e dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade e a fiscalização de queimadas e desmatamentos, entre outras possibilidades.

É muita coisa. Mas abre interrogações.

A primeira é de natureza operacional: de posse de todas essas informações, que poderão fazer os órgãos governamentais para impedir, por exemplo, as queimadas e o desmatamento ilegais? Em que estrutura de repressão se pensa? Ou, como já perguntou alguém, ficaremos limitados a assistir a desmatamentos e queimadas via satélite, já que o Brasil não dispõe de um só avião para combater incêndios e o número de fiscais em terra é quase insignificante?

A segunda interrogação é de natureza mais política. Num sistema tão sofisticado, capaz de disponibilizar tantas informações estratégicas e comerciais, todas valiosíssimas, quem terá o controle dos acessos? Quem terá poder de dizer que informações entram no sistema e quem pode ter acesso ao que entrar em seu banco de dados?

Exemplos esquemáticos podem ajudar a entender. Obviamente, o conhecimento do subsolo abrirá possibilidades extraordinárias no campo da mineração. Que se pensa em fazer com essas informações? Quem terá acesso a elas? Como? A pergunta vale para o campo da biodiversidade, da informação meteorológica e climática, militar, praticamente todas as áreas.

O controle da "saída" de informações desperta outra interrogação. Digamos, num exemplo hipotético, que o sistema de vigilância detecte a invasão de uma área indígena por uma madeireira. Informações complementares, das unidades terrestres, acrescentam que se trata da madeireira tal, de propriedade de uma pessoa da família de um parlamentar que ocupe importante posição no Congresso, na hora de votar projeto decisivo. Quem terá o poder de liberar (e para quem) ou reter essa informação?

São questões políticas e econômicas delicadas, complexas. E preocupantes, diante da informação dos implantadores do Sivam de que ainda não foi definida a política de disponibilização de informações - os critérios serão fixados pela CCSivam, isto é, pela comissão coordenadora da implantação. Quem integra a comissão? Representando o quê? Escolhido por quem? Convém lembrar que a primeira fase de operação já está prevista para o ano 2000.

Se ainda não foram definidos os critérios, parece ser um bom momento para abrir uma discussão com a sociedade e seus vários segmentos - econômico, político, ONGs, instituições que a representam (advogados, engenheiros, cientistas, etc., etc.).

Não será fácil definir esses critérios, tantas as complexidades e os interesses em jogo. Mas, seja como for, o Sivam não pode ser mais uma "caixa-preta", fora do controle social.

O atual esforço de "venda" do Sivam à sociedade poderia ser ampliado, para abrir uma discussão em torno desses pontos.

Washington Novaes é jornalista.

Phillip Fearnside

Revista Veja, 17/6/98

Lixeira do problema social

Todos sabem da importância de proteger o meio ambiente. No Brasil, o problema maior não é, propriamente, a ausência de ações nessa área. É a falta de transparência nas decisões tomadas pelo governo. O caso da Amazônia é exemplar. Cada órgão atua na região de maneira diferente. Frequentemente, batem cabeça e colhem resultados opostos. Enquanto os fiscais do Ibama são pagos para proteger a floresta, as serrarias são isentas de pagar imposto de renda. Na prática, é como se o governo estivesse pagando para as madeireiras desmatarem a Amazônia. O Incra não está nada interessado em conservar a selva intacta. Esse órgão usa dinheiro público, a mesma fonte de recursos do Ibama, para promover assentamentos cujo resultado imediato é a destruição da floresta.

O Brasil poderia tomar com exemplo, na área de meio ambiente, o que os Estados Unidos fizeram com o uso da energia nuclear. Até o acidente com o reator na Pensilvânia, no final dos anos 70, um mesmo órgão era responsável pela coordenação, administração e fiscalização do programa. Após o acidente, que deixou todo o país alarmado, as funções foram individualizadas e regulamentadas. A coisa ficou pública, transparente e passou a funcionar. Antes disso, os problemas estavam camuflados. O ideal é que um órgão se encarregue apenas de fiscalizar e analisar o impacto ambiental que grandes projetos podem causar à Amazônia. Assim tudo seria mais claro.

Seria insensato e irreal proibir assentamento de famílias sem-terra na Amazônia. Afinal, existem lá mais de 5 milhões quilômetros quadrados de área. O que está errado é o método utilizado pelo Incra para determinar onde serão realizados esses assentamentos. Como o governo não quer encrenca com os grandes fazendeiros, que detêm porções gigantes de terra já desmatada, coloca os sem-terra em áreas de florestas. As famílias, então, começam a derrubar tudo o que podem para ter onde iniciar sua plantação. O Incra precisa conscientizar-se de que não pode continuar distribuindo áreas de floresta para assentamentos. Caso contrário, o risco de incêndio, como o que atingiu Roraima no início deste ano, será cada vez maior. A região mais afetada pelo fogo em Roraima foi Apiaú, local escolhido pelo próprio Incra para assentar famílias de sem-terra há dezessete anos. Posso afirmar, com toda segurança, que se esse e outros assentamentos não tivessem acontecido, o estrago que o fogo causou lá teria sido bem menor.

O incêndio em Roraima foi apenas um aviso do que pode estar por vir. Se todos os órgãos do governo não se preocuparem com a região amazônica da mesma forma, estaremos sempre na iminência de outras tragédias como a de Roraima. Devastação florestal por assentamento ou atividade madeireira torna o terreno muito mais suscetível a queimadas. E, no entanto, de certa maneira, é o próprio governo que está promovendo isso, por falta de organização. A sociedade precisa e tem o direito de saber que projetos estão sendo executados com o apoio do poder público na maior floresta tropical do mundo. Chegou o momento de parar de tratar a Amazônia como a lixeira dos problemas sociais do país.

Phillip Fearnside é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Inpa.

Roberto Smeraldi

Correio Braziliense, 18/6/98

O mogno ilegal, o oligopólio e o mercado.

Depois da recente reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre o mogno, em Brasília, a posição do governo brasileiro em relação à exploração dessa valiosa espécie - e às suas conseqüências no meio florestal como um todo - aparece como paradoxal e enigmática. Mas uma leitura atenta dos fatos mostra que ela evoluiu de maneira preocupante e relativamente sofisticada.

Até agora, o Brasil simplesmente se opunha a qualquer restrição ou controle sobre exploração. Durante as últimas três reuniões bienais da Convenção sobre Comércio de Espécies em Perigo (CITES), o governo fez o possível e até o impossível para impedir a inclusão da espécie no Apêndice II, que abrange aquelas que não estão ameaçadas mas cuja exploração se dá de forma não sustentável. Uma posição questionável e questionada, mas claramente ligada a um objetivo: garantir a qualquer custo os volumes de exportação dessa madeira, que poderiam diminuir em caso de controle sobre a extração, ainda hoje predominantemente ilegal.

Enquanto isso, a exportação caiu de mais de 130 mil metros cúbicos em 1994 para menos de 60 mil em 1997, devido, justamente, à exploração ilegal e ao conseqüente e crescente repúdio do consumidor internacional. Ou seja, a política inspirada na aceitação do prejuízo ambiental em troca da vantagem econômica de curto prazo teve o efeito de atingir negativamente, no médio prazo, a própria atividade econômica. Na reunião de Brasília, isso tornou-se claro quando o representante dos importadores do Reino Unido – nosso principal mercado até 1995 – deu um ultimato ao governo brasileiro: “na ausência de medidas efetivas dentro dos próximos meses, as empresas britânicas que já não o fizeram, vão deixar definitivamente de importar mogno brasileiro”.

Apesar disso, o governo montou uma custosa operação de imagem para demonstrar, em três dias de reunião ensaiada em Brasília, que já sabemos tudo o necessário para termos um manejo sustentável, e que podemos portanto explorar mogno à vontade. Vale citar, nesse contexto, a posição do Presidente do Ibama Eduardo Martins. Quando Presidente desse órgão no governo Collor, prometia a realização de um inventário da espécie e até a incluiu, em 1991, na lista das espécies de flora ameaçadas de extinção no Brasil: uma medida muito radical, embora apenas simbólica, pois se o mogno fosse realmente uma espécie ameaçada – e não o é - seu comércio deveria ser proibido. Hoje, de novo Presidente do Ibama, volta a prometer o mesmo inventário, nunca realizado, e afirma: “estamos felizes porque há ótimas evidências de que a regeneração natural do mogno garante seu manejo sustentável”. Ainda apresenta pesquisas garantindo que os atuais ritmos de exploração seriam até inferiores ao desejado.

Os pesquisadores mais qualificados ficaram perplexos, e os representantes dos outros países tiraram da declaração final todas as frases propostas pelo Brasil falando em “evidências científicas”, “riscos minimizados”, etc. O resultado foi portanto uma declaração vazia, que se limita a reafirmar o óbvio: que os países estão interessados em manter troca de informações e que é preciso mais pesquisa. Pior, o Brasil e a Bolívia tiveram de passar pelo constrangimento de serem formalmente repreendidos, pelo vice secretário-geral da CITES, por ter violado

sistematicamente, desde 1995, as regras da Convenção. Em 1995, a Costa Rica incluiu seu mogno no Apêndice III. Teria sido obrigação dos países latino-americanos, desde então, notificar ao secretariado da CITES em Genebra cada uma de suas exportações, o que jamais foi feito.

O tiro saiu portanto pela culatra, mas a partir desse inédito ativismo e de dois fatos importantes citados em seguida, é possível decifrar qual é a lógica atrás da atual política, em particular a do Ibama. Primeiro, é importante saber que, a partir do Plano Real, o consumo interno de mogno tem aumentado até participar em mais de dois terços da produção, enquanto ainda em 1994 não chegava a absorver 50%. Segundo, vale lembrar que o Ibama criou em 1996 um oligopólio do mogno, nas mãos de 5 empresas que detêm 81% da produção. Isso está garantido por uma proibição na emissão de novos planos de manejo com mogno, que vence em julho próximo mas que o Ibama quer renovar. Ou seja, qualquer empresa que quisesse entrar no mercado investindo no manejo sustentável (por exemplo, para ganhar um rótulo de certificação) está hoje proibida de fazê-lo, enquanto os que já usam sistemas predatórios podem continuar, inclusive contando com a omissão na fiscalização.

Tudo indica, portanto, que essa política tende a consolidar o oligopólio existente, cuja produção se dirige mais e mais para o mercado interno, isto é um mercado que ainda não se preocupa com a origem da madeira. O Ibama tenta mascarar a proibição de novas autorizações com misteriosas razões ambientais (mas não seria esta mais uma contradição, já que por outro lado afirma que está tudo bem com a exploração?), e deixa de se preocupar com a exportação, a qual requer muitos controles e se torna menos importante na medida em que a produção predatória pode ser absorvida pelo mercado doméstico.

** Roberto Smeraldi é jornalista e Coordenador do Programa Amazônia da entidade ambientalista Amigos da Terra.*

Editorial

Correio Braziliense 28/6/98

SOS Amazônia

As empresas madeireiras sempre foram apontadas como agentes principais do desmatamento na Amazônia. Mas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) acaba de descobrir novos e mais ativos predadores. São os fazendeiros. Só no Estado do Amazonas as pastagens aumentaram de 209 mil hectares para 320 mil, entre 1985 e 1995. Trata-se de expansão equivalente à derrubada e queimada de mil quilômetros quadrados de floresta para ocupação da atividade agropecuária.

Mas não são apenas os dados aí estampados, colhidos no Censo Agropecuário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que causam espanto e preocupação. Mais inquietante é a constatação de que os pecuaristas da região não fazem qualquer manejo de pasto. A cada ano, novas áreas são sacrificadas para dar espaço ao capim.

A maior parte dos solos amazônicos tem apenas função portante, isto é, serve somente como suporte para sustentação da cobertura vegetal. É o que demonstram antigos estudos sobre as relações da natureza ali. Por isso mesmo, é freqüente a desertificação após decorrido algum tempo das derrubadas e queimadas de árvores.

Portanto, o estabelecimento agropecuário não se pode fixar na região em função do interesse e da disposição de criadores. Antes exige definição e delimitação dos espaços, segundo conveniências preservacionistas e em atenção às variadas vocações dos tratos de terra. O contrário disso é subverter a natureza e levá-la a um processo mais rápido de destruição. É o que tem ocorrido desde 1985. De lá para cá, o desmatamento descontrolado no Amazonas, por exemplo, foi seguido pelo aumento do rebanho, que passou de 425 mil cabeças para 734 mil.

O pior é que a ação paradoxal de órgãos governamentais contribui também para o desastre ecológico. É o que denuncia Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Por um lado — diz ele —, o Ibama busca exercer controle sobre a agressão ambiental e, por outro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) realiza assentamento de lavradores sem terra na floresta. O resultado é o aumento das clareiras abertas pelo fogo para acolher as lavouras. Outro paradoxo é a isenção de impostos concedida pelo governo às empresas dedicadas à extração de madeira. Significa dizer, em última instância, que o poder público encarregado de sustentar programas de proteção ambiental é o mesmo que incentiva a depredação na Amazônia.

As políticas para a região amazônica comportam um conjunto complexo de medidas, que se devem entrosar de forma orgânica e articulada. Mas as novas formas predatórias (a dos pecuaristas e a das madeireiras) e o incorreto assentamento de colonos sem terra devem ser combatidos de imediato. A floresta tropical pede socorro.

Washington Novaes

O Estado de São Paulo, 03/7/98

A Amazônia e o fogo

Anuncia-se que o governo federal porá a plena carga, nos próximos dias, o Proarco, um programa de prevenção e combate a queimadas e incêndios na Amazônia, com o objetivo de impedir que aconteça no chamado "arco do desmatamento" - que vai do Pará a Rondônia - o que aconteceu este ano em Roraima e, no passado recente, em muitas áreas. Nesse arco, têm advertido instituições e cientistas, a chamada extração seletiva de madeira abre picadas na floresta, prejudica a vegetação baixa, acumula folhas e galhos secos. Criaram-se, assim, ao longo de anos, condições muito favoráveis para que se alastrem, na área de floresta, queimadas propositais ou acidentais em propriedades agropecuárias vizinhas.

Dará resultado o programa? Evitará a catástrofe que tantos temem ou prevêem? Sossegará as aflições da população brasileira? Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, um terço dos brasileiros considera a questão florestal o mais grave problema ambiental do País.

Por outro lado, conseguirá a área ambiental do governo contrapor-se com eficácia à avassaladora pressão dos setores madeireiro e agropecuário da Amazônia, que ameaçam demitir dezenas de milhares de empregados e paralisar atividades, se persistir o aperto na fiscalização do corte e das queimadas?

É um quadro difícil e delicado. Às grandes forças econômicas se juntam, nesse mosaico de razões, centenas de milhares de famílias de pequenos agricultores, que, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, dependem de desmatamento e queimadas para o plantio de lavouras de subsistência. Só no Pará, seriam 300 mil famílias. E no conjunto da Amazônia - dizem técnicos do governo - elas responderiam por uns 8 mil km² no desmatamento anual.

A esse fator se soma o impasse na questão da reforma agrária. Os movimentos ligados aos sem-terra nem sequer admitem discutir o relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que apontou a reforma agrária como causa principal do desmatamento na Amazônia - mais de 250 mil km². Do lado do governo, a reação também é pouco convincente e eficaz.

A tese que prevalece na área governamental julga indispensável implantar imediatamente a cultura da prevenção, sempre escassa no País - tanto que se sucedem infindavelmente acidentes que teria sido possível evitar, dos incêndios em Roraima ao acidente radiativo em Goiânia ou às inundações em grande parte do sul do País.

A primeira condição para isso seria a montagem, já concluída, de um sistema de controle capaz de fazer soar o sinal de alerta para qualquer crise, com a necessária antecedência. É um sistema que permite sobrepor aos dados cartográficos informações sobre clima, desmatamento, focos de calor e situação da vegetação, contando até mesmo com imagens de satélites. Um sistema capaz de dizer se determinado foco de fogo está evoluindo ou pode evoluir para um incêndio florestal.

A segunda perna do sistema de prevenção estaria num trabalho, já em desenvolvimento, para levar as comunidades amazônicas a participar da prevenção. As entidades de trabalhadores na Amazônia estão participando, ao lado de instituições governamentais. E esperam ter pelo menos 150 mil famílias dispostas a colaborar. Dessa estrutura nascem 28 brigadas voluntárias, com 416 homens, nos municípios de maior risco, treinadas e equipadas para combater incêndios, dispondo de radiocomunicação, veículos, carros-pipas, etc.

A terceira perna do tripé vai ficar com uma força-tarefa federal - composta inclusive por equipes que contam com 500 bombeiros especialmente treinados. Alertada, poderá deslocar-se rapidamente para qualquer ponto, com suporte logístico das Forças Armadas.

Não haverá aviões especializados para essa tarefa, porque os técnicos do governo entendem que na floresta amazônica dificilmente eles dariam resultado. Como o fogo se alastra pela vegetação baixa, a copa das árvores acabaria funcionando como um "guarda-chuva" que impediria a água despejada por avião de chegar aonde seria mais necessária. Daí a opção por equipes de bombeiros capazes de trabalhar no solo, dentro da floresta. Admite-se, entretanto, que os aviões especializados poderiam ser eficientes no resfriamento de perímetros incendiados e em operações de rescaldo. Mas não há nenhum disponível.

Os incêndios amazônicos, dizem esses especialistas, são diferentes dos que ocorrem nos países que têm inverno rigoroso, onde as árvores perdem as folhas, ressecam e criam condições para que o fogo se alastre (nos EUA foram quase 25 mil este ano, queimando quase 250 mil hectares; no Canadá, 3.148 queimaram 580 mil hectares). Por isso, as soluções precisariam ser diferentes. Não contestam, entretanto, que a repetição de queimadas e incêndios ao longo de anos cria condições para incêndios mais violentos, capazes de atingir toda a vegetação.

As estatísticas de 1995 mostram que o fogo "acidental" respondeu por 48% da área florestal queimada. Na visão do Ibama, porém, a questão amazônica precisa ser encarada muito mais pelo ângulo da "dinâmica econômica" do que pela eficiência de gestão ou pela repressão (esta, acha aquele órgão, "empurraria para a ilegalidade quantidade significativa de produtores rurais"; por isso, seria melhor "disciplinar a questão"). Se conseguir ordenar a exploração florestal e implantar políticas públicas competentes, seria possível pensar até mesmo em "desmatamento zero", em uma década. Para isso, entretanto, seria necessário um programa para ocupar de forma racional, com um sistema agroflorestal, os 200 mil km² de áreas já desmatadas e sem nenhum aproveitamento econômico. Nesses espaços se poderia intercalar a exploração do óleo de palma, por exemplo, que tem forte demanda no mercado internacional, até mesmo com a soja. Bastariam sete hectares de um sistema agroflorestal para assegurar às famílias beneficiárias uma renda de três salários mínimos mensais, maior que a obtida hoje pelos pequenos agricultores.

Há muito ceticismo entre os que discordam da visão governamental. Estes lembram que a área florestal da Amazônia, com quase 4 milhões km², desafia esquemas como o que está sendo montado. Ainda mais porque estudos do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam) mostram que em certas áreas a floresta preservada é muito menor que a indicada pelas imagens de satélite. Em Paragominas (PA), por exemplo, 65% da floresta primária estaria preservada, segundo as fotos. Uma pesquisa em terra revelou que, na verdade, só restavam 6%. Mais de 40% já haviam sido explorados seletivamente por madeireiros e 25%, queimados por fogo "acidental", fora a área desmatada. Segundo o Ipam, em 1996 a área afetada por exploração seletiva de madeira foi de aproximadamente 1,1 milhão de hectares.

A controvérsia, portanto, continua acesa. Se o esquema montado pelo governo federal não funcionar nestes próximos meses - em que os cientistas prevêem agravamento da seca na região -, podemo-nos preparar todos: vai desabar uma tempestade nacional e internacional de protestos e inconformismo.

E, seja qual for o rumo, não há como afastar uma grave preocupação. A atitude dos setores empresariais ligados à exploração da madeira e à agropecuária na Amazônia só pode gerar preocupações. Pretender que, às vésperas do século 21, os governos possam continuar de olhos fechados para a transgressão é de um irrealismo inacreditável - diante do que tem sido manifestado pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional.

Washington Novaes é jornalista.

Roberto Smeraldi

Jornal da Tarde, 04/7/98

Rumo à Indústria do Fogo ?

Os índios dançaram, a floresta também. As câmaras de TV fizeram com que muitos estrangeiros - e até mesmo alguns brasileiros - descobrissem a existência de um território chamado Roraima. Agora as câmaras já se voltaram novamente aos "primeiros mundos" brasileiros ou internacionais, em busca de outras catástrofes.

O fogo é a única coisa que tira a Amazônia dos documentários do canal *Discovery* para jogá-la nas manchetes dos telejornais. Tanto aqueles feitos em Londres para os britânicos, quanto aqueles feitos em Miami para os brasileiros. Foi assim em 88-89, é assim agora. Alguém pode pensar que isso passou despercebido na Amazônia? Será que os amazônidas não se preocupam com seu próprio destino como os habitantes de qualquer outra parte do mundo?

Ao que tudo indica, a lição está sendo perfeitamente aprendida pelo proprietário sem-lucro, pelo agricultor sem-terra, pelo assentado sem-crédito, pelo prefeito sem-caixa, pelo candidato sem-escrúpulos. Uma chama se acendia na cabeça de muita gente, enquanto a chuva acalmava aquelas do mato. O fogo pode ser uma saída, quando se é um "sem-alguma coisa".

Uma sociedade em modernização como a brasileira terá que se preocupar com o possível advento de algo parecido com a "indústria da seca" no Nordeste. Uma nova "indústria do fogo" tende a surgir na Amazônia, alimentada por subsídios, perdão de dívidas, compra de equipamentos sofisticados, roubos antecipados de madeira. Trata-se de uma indústria com um bom potencial, pois ela mesma poderá, através da mídia, se auto-sustentar. O fogo poderá ajudar a eleger alguns governadores. Poder-se-á até criar um Ministério do Fogo, uma pasta que certamente seria cobiçada por vários partidos.

Roraima representa apenas 4,5% do território amazônico. A época de seca começará, no resto da região, a partir do final de maio. De acordo com as tendências dos últimos 3 ou 4 anos, reforçadas pela redução das chuvas em função de El Niño, é possível prever que haverá condições favoráveis para que sejam reproduzidos em grande escala os eventos de Roraima, tanto ao longo do cinturão do desmatamento (sul do Pará, norte do Mato Grosso, Rondônia e leste do Acre) quanto em certas regiões de colonização mais recentes ou para as quais está migrando a atividade madeireira (especialmente em certas áreas do Amazonas).

A floresta amazônica está mais e mais vulnerável. Até poucos anos atrás, incêndios florestais eram quase desconhecidos. Hoje, a atividade madeireira predatória e seletiva está degradando a mata nativa, e os fogos das queimadas para renovação de pasto e agricultura entram com maior facilidade no meio da vegetação. A omissão na fiscalização da exploração ilegal de madeira é portanto o primeiro fator que expõe a floresta ao fogo. O segundo é a autorização, como ocorreu em Roraima, de desmatamentos sem qualquer critério, até na hora em que os incêndios já iam se alastrando pelo estado e as ofertas de ajuda das Nações Unidas ficavam engavetadas. O terceiro é que o fogo é a forma mais barata para viabilizar as culturas anuais em solos tropicais pobres. A falta de fontes efetivas e estruturadas de micro-crédito rural acaba favorecendo o aumento no uso do fogo por pequenos e grandes produtores.

Para evitar a indústria do fogo, é necessária uma prevenção efetiva em escala local. O Presidente da República respondeu às críticas do jornal *Le Monde* dizendo que as políticas do governo não têm nada a ver com aquelas do passado, que favoreciam a ocupação da Amazônia. O Presidente está certo sobre as políticas. Mas será que o Presidente foi informado do que ocorreu na prática?

Roberto Smeraldi, jornalista, é Coordenador do Programa Amazônia de Amigos da Terra

Geopolítica Amazônica e Recursos Oficiais

A Amazônia é uma frente pioneira de penetração com riquíssimo potencial para desenvolver bases econômicas sustentadas na exploração mineral, madeireira e turística. Tem enorme capacidade de atração de contingentes populacionais e possui um dos maiores vazios demográficos do planeta.

O seu desenvolvimento econômico poderá ser induzido de forma permanente e sustentável mediante a ação de um sistema bancário com raízes locais e vasta capilaridade. Para tanto é preciso subordinar o interesse financeiro aos parâmetros geopolíticos regionais.

Nesse sentido, há que desconsiderar o velho modelo bancário criando normas de gestão de crédito que protejam o patrimônio líquido dos bancos públicos contra o ciclo eleitoral de crédito. Será a adequação dessas novas regras o fator de indução para o desenvolvimento de um modelo institucional que possa cumprir, de fato, o papel que dele se espera na construção de uma geopolítica amazônica.

É preciso lembrar que, na história da riqueza ocidental, a geopolítica foi a idéia-força que presidiu a ação de grandes estadistas. Algumas manifestações mais recentes a respeito da importância de crédito público para a consolidação de programas de interesse estratégico podem ser consideradas:

- a) o governo da França, para melhorar as relações com o Norte da África, defendia a necessidade de criação de um banco público na Argélia;
- b) o chanceler alemão Helmut Kohl afirmava ser fundamental a criação de um banco estatal para a reconstrução do Leste Europeu;
- c) o governo de Israel admitia, entre outras medidas, para fundar um ambiente propício à paz no Oriente Médio, a criação de um banco estatal formado com recursos do Ocidente e do Oriente Médio;
- d) o próprio governo brasileiro se integrou ao projeto de criação do banco do Mercosul, com o qual deveremos contribuir inclusive para a formação de capital inicial.

Sem dúvida, trata-se de ações estratégicas que subordinam o interesse financeiro de curto prazo a um programa geopolítico transnacional, de longo prazo. Tais considerações introduzem a discussão do papel e do alcance das políticas de integração e desenvolvimento traçadas pelo governo federal para a região amazônica.

O governo brasileiro conhece as vinculações entre bancos oficiais e geopolítica. Tanto é verdade que a criação dos bancos oficiais de desenvolvimento regional, como o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, objetiva cumprir essa função. Mas, como esclareceu recentemente, no Senado Federal, a presidente do Basadra, Flora Valadares, "o banco vem enfrentando uma série de dificuldades advindas de problemas de ordem estrutural que dificultam a

operacionalização e aplicação do crédito (FNO), destacando-se a ausência de zoneamento econômico-ecológico; a carência de estudos setoriais; a deficiência de energia, transporte, comunicação e a distância dos grandes centros consumidores; a insuficiência de assistência técnica quantitativa e qualitativa'', entre outros.

Desse modo, a ação creditícia do banco, como elo da cadeia produtiva, fica imensamente prejudicada. Haja vista termos constatado uma aplicação de recursos muito aquém do previsto para uma região carente, dada a dificuldade de alocação dos financiamentos. O ano de 1997, por exemplo, apresentou um saldo não aplicado do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) de R\$ 193,6 milhões e deverão, em 1998, ser repassados pelo Tesouro Nacional recursos da ordem de R\$ 231 milhões. Isso aumenta a preocupação da direção do Basa, que estaria às voltas com um montante de R\$ 424,6 milhões para fomentar investimentos.

Informações do Ministério do Planejamento e Orçamento asseguram que os repasses de recursos da Secretaria do Tesouro Nacional para o FNO totalizaram R\$ 1.858.706 mil, no período de 1989 a 1996. Foram contratados nos estados da Região Norte R\$ 942.599 mil, o que representou 50,71% do montante repassado. A disponibilidade de recursos ascendeu a R\$ 916.107 mil, equivalentes a 49,29%.

É importante observar que durante o regime militar a região foi objeto de diversas ações de modo a ''torná-la brasileira''. Sem juízo de valor, o fato é que esse foi o último momento da ação federal para integrar a Amazônia ao restante do país, ao contexto de nacionalidade. De 1984 até os dias atuais, não existe um projeto federal para a Amazônia.

Odacir Soares é senador pelo PTB de Rondônia